

Complemento do ICMS-ST é constitucional?

O descompasso entre a legislação nacional e estadual no que diz respeito ao complemento do ICMS-ST deve ser, ao menos, alvo de tempestiva apreciação por parte do Judiciário

Por Bruno Nogueira Rebouças

03/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Depois de tanta expectativa por parte dos contribuintes, notadamente dos médios e grandes varejistas, o Estado de São Paulo regulamentou a figura do “complemento” ou complementação” do ICMS sujeito ao regime de substituição tributária (ICMS-ST).

Em outubro, a Lei estadual nº 17.293, sancionada pelo governador João Doria (PSDB), já havia previsto a figura do complemento do imposto, mas pendia de regulamentação por parte do Estado, o que só veio a ocorrer com a edição neste ano do Decreto Estadual nº 65.471, com vigência imediata e produção de efeitos a partir de 15 de janeiro que, nesse aspecto, alterou a redação original da Lei nº 6.374, de 1989.

O descompasso entre a legislação nacional e a estadual deve ser, ao menos, alvo de tempestiva apreciação pelo Judiciário

Importante recordar que a criação da figura do complemento do ICMS-ST se encontra inserida em um contexto histórico mais amplo, que diz respeito à vitória do contribuinte ao pleitear seu direito de restituição do imposto em caso de haver recolhimento do tributo sobre base de cálculo presumida, pelo substituto, que supere o valor da operação efetivamente praticada pelo substituído na cadeia mercantil. O complemento se daria, assim, em oposição lógica ao direito de

restituição, ou seja, naquelas situações em que o valor presumido seria inferior ao correspondente à operação efetivamente praticada pelo substituído.

Nesse contexto, a discussão do direito de restituição teve início a partir da polêmica redação dada à cláusula 2ª do Convênio Confaz n.º 13, de 1997, que fora objeto de questionamento perante o Supremo Tribunal Federal, havendo a Confederação Nacional do Comércio de Alagoas, à época, ingressado com a ação direta de inconstitucionalidade n.º 1.851, de relatoria do então ministro Ilmar Galvão, discussão que fora fundada no debate acerca da devida interpretação que se deveria atribuir ao parágrafo 7º do artigo 150 da Carta Magna, justamente que tratava do direito de restituição em caso de não ocorrência do fato gerador conforme presumido.

Em que pese o resultado desse julgado, posteriormente o contribuinte restou vitorioso na discussão, haja vista o resultado positivo em sede do julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade n.º 2.675 e n.º 2.777, assim como do recurso extraordinário n.º 593.849/MG, reconhecendo o direito de restituição dessa diferença, recolhida a maior pelo contribuinte substituto em nome do substituído.

A reação dos Estados se deu de forma quase que imediata, procurando meios de fazer frente à potencial perda de arrecadação, de modo que muitos dos Estados passaram a prever de forma expressa a figura do “complemento” do ICMS-ST, a ser suportada pelo contribuinte substituído, como se pudesse ser tratado meramente como “o outro lado da moeda” do direito de restituição.

Ocorre que o direito de restituição se encontra garantido com base na Constituição (artigo 150, parágrafo 7º) e em lei complementar (artigo 10 da LC n.º 87, de 1996), enquanto que o complemento estaria sendo tratado sem fundamento de validade em qualquer desses dois diplomas.

Nesse sentido, importante destacar que seria um tanto absurdo tentar-se fundar a tributação meramente na alegação de eventual “enriquecimento sem causa do contribuinte”, quando nosso sistema está salvaguardado pelas garantias constitucionais decorrentes da legalidade e da reserva de lei complementar para tratar de normas gerais (artigo 150, inciso I e artigo 146, inciso III, alínea “a”, da CF) e,

particularmente, de normas que disciplinem a responsabilidade por substituição tributária (artigo 155, inciso XII, alínea “b”).

Além disso, o legislador estadual não parece ter atentado ao fato de que a norma constante do parágrafo 7º do artigo 150 está inserida no Título VI, Capítulo I, Seção II da Constituição que trata das “Das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar”, sendo norma eminentemente protetiva ao contribuinte, não podendo ser utilizada como fundamento para fins arrecadatários ou de instituição disfarçada de tributo.

Isso porque a substituição tributária serve para fins de praticidade e facilitação de fiscalização e arrecadação ao Fisco, configurando a “quebra” da presunção que funda esse regime em favor do Fisco um verdadeiro “venire contra factum proprium” do órgão fazendário.

Outro fator que ainda deverá gerar maior polêmica diz respeito ao fato de que os elementos básicos da incidência do imposto não parecem estar de melhor forma definidos a partir da Lei nº 17.293, de 2020, já que foram tratados de forma mais genérica na lei, dependendo de normas infralegais para sua concreção.

Vale mencionar que, em que pese uma análise ainda preliminar realizada por poucos ministros da Suprema Corte, o tema relativo à constitucionalidade do complemento de ICMS parece não ter sido ainda devidamente enfrentado, notadamente no que se refere à reserva de lei complementar para tratar da matéria.

Por fim, vale mencionar que muitos dos setores afetados, como ocorre com o varejo de supermercados, atuam com margens de lucro extremamente competitivas, atuando, ao mesmo tempo, com estabelecimento comerciais localizados em mais de um ente federado, de modo que esse descompasso entre a legislação nacional e estadual no que diz respeito ao complemento do ICMS-ST deve ser, ao menos, alvo de tempestiva apreciação por parte do Poder Judiciário.

Bruno Nogueira Rebouças é advogado na Suchodolski Advogados, especialista em Direito e Processo Tributário pela PUC, MBA em Gestão Tributária pela USP e pós-graduado em Direito Empresarial pela FGV

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

É só participar da promoção e concorrer a prêmios exclusivos.

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 613.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS

R\$ 1.109,49

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Conselho da Petrobras questiona Bolsonaro sobre declaração de que 'tem muita coisa errada' na estatal

VALOR INVESTE

É surpreendente em pleno século XXI dedicar tanta atenção à paridade de preços do petróleo, diz Petrobras

Veículo: Gov Bahia	
Data: 02/03/2021	



Portal PPP Bahia será apresentado para membros do fisco nacional

2 março 2021

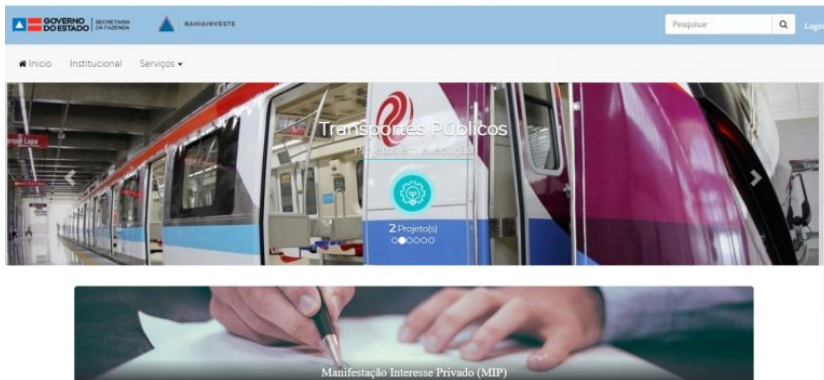


Foto: Reprodução

O recém-lançado portal PPP Bahia, pioneiro no país em solução integrada de gestão, acompanhamento, avaliação e transparência de contratos de parcerias público-privadas (PPPs), será tema de apresentação, nesta quarta-feira (3), às 14h30, durante reunião virtual com a participação de representantes da Comissão de Gestão Fazendária (Cogef), do Ministério da Economia (ME), da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Implantado pela Secretaria Executiva de PPP, vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA), o [portal](#) é um instrumento que facilita a gestão dos contratos em vigor e amplia a transparência das informações, contemplando tanto os órgãos governamentais de gestão e controle quanto concessionários, verificadores independentes, o mercado e a sociedade em geral.

A ferramenta foi desenvolvida por meio do Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal (Profisco I), com recursos do BID. A implantação contou com a consultoria da KPMG e da tecnologia Service Now.

Na reunião, a secretária executiva de PPP do Estado, Priscila Romano, fará uma apresentação sobre como foi desenvolvida a unidade de gestão de PPP da Bahia, destacando histórico, resultados alcançados, erros cometidos e lições aprendidas, e sobre a necessidade de manutenção de uma ferramenta ou portal para suporte à gestão de PPPs no Brasil, assim como a sua prospecção no mercado.

Em seguida, André Birtes (KPMG) e Cássio Miranda (Service Now) vão apresentar os temas “Funcionalidades e arquitetura tecnológica do Portal de PPP Bahia” e “Forma de contratação, uso e replicação da solução de processo e tecnológica”.

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, afirma que o portal vai aperfeiçoar a disseminação das informações e contingências relacionadas aos contratos em vigor e ampliar a transparência na área, contemplando tanto os órgãos governamentais de gestão e controle quanto concessionários, verificadores independentes, o mercado e a sociedade em geral.

Vitório ressalta ainda que a Bahia é responsável por um dos mais bem-sucedidos programas de PPPs e concessões do país, com investimentos totais superiores a R\$ 10 bilhões. “A Bahia firma-se agora na vanguarda nacional em transformação digital voltada para as PPPs, tornando-se o único estado brasileiro a contar com uma ferramenta completa de gestão de contratos na área”, afirma.

Ganhos de produtividade

De acordo com a secretária executiva de PPP, Priscila Romano, o portal busca promover ganhos de produtividade na gestão dos contratos vigentes ao emitir relatórios comparativos entre previsões orçamentárias e cronogramas de desembolso, indicadores de evolução financeira dos projetos, percentual de andamento de cada projeto, além de registrar todas as fases da formatação de uma PPP, desde o pleito de uma iniciativa até a gestão do contrato, compreendendo itens como escopo, prazo, riscos, recursos, qualidade, documentação e comunicação.

“Visando maximizar seus resultados, espera-se, na maturidade do sistema, operar com o lançamento em tempo real, on-line, de informações sobre os projetos, bem como a otimização dos fluxos internos de acompanhamento da execução dos contratos”, explica. Segundo ela, a partir da integração com o Portal da Transparência, as informações lançadas na ferramenta serão publicadas em tempo real.

Fonte: Ascom/Sefaz

RODRIGO AGUIAR

O governador Rui Costa anunciou ontem a prorrogação de medidas restritivas para tentar conter o avanço do novo coronavírus no estado, com toque de recolher em todo o estado até o final do mês e manutenção do comércio não essencial fechado na Grande Salvador até 5h da próxima segunda-feira.

Permanece autorizado somente o funcionamento de serviços classificados como essenciais ou ligados à saúde e ao enfrentamento da pandemia, como transporte, serviço de entrega de medicamentos e demais insumos, venda de gêneros alimentícios, feiras livres, atividades de segurança, urgência e emergência.

Das 18h da próxima sexta-feira até 5h de segunda será novamente proibida a venda de bebida alcoólica em todo o estado, inclusive por delivery. O toque de recolher, atualmente em vigor das 20h às 5h, seguirá até o fim de março. Também foi determinado o fechamento do comércio nos sábados e domingos em todos os municípios baianos.

Atos religiosos poderão ocorrer, respeitados os protocolos sanitários e a capacidade máxima de lotação de 30% dos templos. Ficam vetados, até segunda-feira, procedimentos cirúrgicos eletivos não urgentes ou emergenciais nas unidades de saúde públicas e privadas do estado. As medidas foram anunciadas após reuniões virtuais do governador com prefeitos de diversas regiões do estado ao longo do dia.

Cenário

Rui reiterou a necessidade de prorrogar as medidas restritivas para tentar conter a disseminação do novo coronavírus. “Estamos adotando medidas que não gostaríamos de ter que tomar. Sabemos do grau de informalidade da economia baiana, mas não temos alternativa. Essa é uma doença coletiva e, portanto, o único jeito de barrar o crescimento dessa doença é restringindo o contato das pessoas”, disse.

“Tomamos essa decisão com base no que estamos

COVID-19 Toque de recolher na Bahia é prorrogado até o dia 31 e comércio não essencial na Grande Salvador só volta a funcionar a partir de 5h de segunda

Estado mantém bloqueio até a próxima segunda-feira



Olga Leiria / Ag. A TARDE

Desde 17 de janeiro a prefeitura realiza testes rápidos em bairros da capital, como ontem na Fazenda Grande

SMS amplia testagem em bairros

Com o aumento do índice de casos de Covid-19 nos bairros de Salvador, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) tomou a medida de ampliar a oferta de testes rápidos para detecção da doença.

Antes disponíveis em 24 postos de saúde, agora as testagens alcançam 58 unidades em 6 bairros da cidade. Somente ontem, de 898 pessoas testadas, cerca de 27% foram diagnosticadas com Covid, ou 243 pessoas.

A medida foi tomada para desafogar o sistema de saúde, uma vez que os pacientes diagnosticados podem ser mais facilmente encami-

nhados tanto para o isolamento domiciliar quanto para o acompanhamento médico, a depender do estado de saúde do indivíduo. No isolamento, o cidadão tem direito ao acompanhamento remoto da SMS através do programa Salvador Protege. Caso os sintomas sejam graves, a equipe de saúde avaliará a necessidade de encaminhamento para as Unidades de Pronto Atendimento ou internamento hospitalar.

Por isso, o procedimento é voltado apenas para pacientes que apresentam sintomas da doença. O teste ofer-

tado pelas unidades de saúde é o antígeno, que possui mais de 93% de sensibilidade para o diagnóstico da Covid-19. É coletada amostra de secreção do nariz pelo cotonete e o resultado sai em até 45 minutos.

Desde o início da estratégia, que inicialmente incluía a Boca do Rio, mais de 320 mil testes foram realizados. No bairro de São Marcos, que foi incluído antontem na lista, já foram realizados 150 testes, dos quais 44 deram positivo. Isso significa que, se só os números de ontem fossem levados em consideração, 29% da po-

pulação residente em São Marcos estaria testando positivo para o coronavírus. De acordo com Fábio Mota, coordenador das ações em favor à vida, a situação do bairro pedia por essa medida. “Quando a gente entrou com a ação na Boca do Rio, a taxa de positividade era de 33% nos testes rápidos. Esse número caiu para menos de 12%. Daí, a gente fez a mudança para São Marcos, onde a situação está grave, ainda mais se juntar com os casos de Pau da Lima.

LUANA LISBOA, SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Vice-prefeita cobra custeio de leitos pelo governo federal



FERNANDO VALVERDE

Com o avanço do coronavírus em Salvador, e a mobilização cada vez mais frequente de leitos e de hospitais de campanha na cidade, a preocupação com as contas públicas tem estado em evidência nos últimos meses. Com a ausência do repasse do governo federal para o custeio dos leitos de UTI, municípios precisam equilibrar seus recursos para evitar que além do colapso do sistema de saúde, haja um colapso financeiro.

Em entrevista para o programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, a vice-prefeita de Salvador e secretária de Governo do município, Ana Paula Matos (PDT), afirmou que a gestão fiscal promovida na cidade nas últimas gestões permitiu um maior controle dos recursos destinados no combate à doença, mas reiterou a importância de que o governo federal cumpra com suas obrigações de repasses.

“Desde o início dos casos de doença na cidade, o então



Ana Paula Matos foi a entrevistada do Isso é Bahia

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 28.12.2020

prefeito ACM Neto fez uma reunião com todos os secretários para viabilizar a destinação de recursos de forma prioritária para a saúde. Esse processo foi mantido ao longo do ano e nosso atual prefeito, Bruno Reis, também fez esse dever de casa. A secretária da Fazenda nos mostrou que no ano passado houve uma compensação dessas perdas por conta de recursos como o fundo de participação dos municípios do governo federal e em outros custeios, algo que não tem acontecido neste ano, já que o governo federal não tem auxiliado no cus-

teio dos leitos de UTI. Cada leito de UTI tem uma diária de R\$ 2.400, anteriormente com R\$ 1.600 custeados pelo governo federal, e R\$ 800 pelo município. Porém, neste ano não houve esse custeio e todo esse custo está sendo integralmente arcado pela prefeitura de Salvador”, disse Ana Paula.

Hospital Salvador

Ela explicou também os motivos que levaram a prefeitura a aderir ao modelo de parceria público-privada (PPP) para a administração do Hospital Salvador, que será exclusivo para o trata-

mento de Covid-19, e gerido pela Santa Casa de Misericórdia.

“Esse modelo nos dá condição de ter maior agilidade no enfrentamento ao problema, já que não possui a série de prazos que tem, por exemplo, após uma licitação, e na luta contra o coronavírus o tempo é um fator fundamental. É um investimento muito alto e em longo prazo que estamos fazendo, a um custo de aproximadamente R\$ 60 milhões extras por mês”.

LEIA A REPORTAGEM NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

Bahia ultrapassa 12 mil mortes por Covid-19

ALEX TORRES

Com 114 mortes registradas nas últimas 24 horas, a Bahia ultrapassou a marca de 12 mil vítimas fatais da Covid-19 e fechou o balanço da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) de ontem com o total de 12.028 óbitos em decorrência da doença.

Segundo o boletim epidemiológico, as recentes mortes contabilizadas ocorreram em diferentes datas – entre 28 de julho e 1º de março –, mas só puderam ser incluídas nos dados da secretaria a partir desta atualização. Com isso, a taxa de letalidade da doença no território baiano corresponde a 1,74% de todos os 689.454 casos confirmados.

Dentro deste montante de contaminações, mais de 658 mil pessoas já conseguiram se recuperar da doença, enquanto 19.197 pacientes ainda seguem sendo considerados como “casos ativos”. Atualmente, cerca de 43,1 mil profissionais baianos da área de saúde já tiveram diagnóstico positivo para a Covid-19. A Sesab ainda suspeitas de infecções por Covid-19 foram descartadas do sistema e 160.723 possibilidades são investigadas.

vido: a dura realidade que nós, prefeitos, estamos enfrentando para gerenciar o nosso sistema de saúde. Hoje mesmo, em Salvador, acordamos com 96 pacientes aguardando leitos de UTI e de enfermaria, sendo que de UTI são 58. As nossas UPAs já estão lotadas, com pacientes nos corredores e nas macas, e nós tivemos que adotar essas medidas para evitar que um mal pior acontecesse”, afirmou o prefeito de em Salvador, Bruno Reis.

Uma nova avaliação do cenário deve ser feita na manhã de segunda-feira pelos prefeitos da região metropolitana, segundo a prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho. “É importante que se diga que faremos uma avaliação a cada semana. O que importa é dar a decisão com uma antecedência mínima. Também colocamos para o governo do Estado a necessidade de colocar mais ônibus à disposição da população, para evitar aglomeração nos veículos”, afirmou Moema.

O Ministério Público da Bahia (MP) solicitou à Justiça a circulação de 100% da frota de ônibus do sistema de transporte coletivo municipal em Salvador durante os horários de pico – das 5h às 8h, das 8h às 12h e das 15h às 21h. O MP informou que, atualmente, a capital tem 83% dos ônibus em circulação, conforme dados da Secretaria municipal de Mobilidade Urbana (Semob).

Hospital

O governador autorizou uma licitação emergencial para a abertura do Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas, com o objetivo de instalar na unidade 200 leitos para tratamento de pacientes com Covid-19. Serão 100 leitos de UTI e 100 leitos clínicos.

No entanto, inicialmente, o hospital abrirá com 40 leitos de UTI e 30 clínicos. A expectativa é de que, após o lançamento da licitação, a unidade comece a funcionar em três semanas.

Campanha da Arena Fonte Nova será reativado amanhã à noite. Segundo o governador, serão instalados 100 leitos de UTI no local.

PGE pede para STF viabilizar aplicação de vacina

DA REDAÇÃO

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia ingressou ontem com uma nova ação judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) para viabilizar o acesso à vacinação contra Covid, já que a decisão até agora permite a compra de vacinas sem autorização da Anvisa, mas não a aplicação. Em janeiro, a Procuradoria havia entrado com pedido para obter permissão de compra direta da vacina russa Sputnik V.

Ainda de acordo com a PGE, o pedido de autorização ao STF é para possibilitar a aquisição, importação e dispensação à população baiana de quaisquer vacinas contra a Covid-19, que já sejam registradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou, na falta do registro do órgão, preencham conjuntamente os seguintes requisitos: estejam sendo utilizadas pelos respectivos países de origem e que tenham sido liberadas por uma das seguintes agências estrangeiras: Food and Drug Administration (FDA), European Medicines Agency (EMA); Pharmaceuticals and Medical Devices Agency; ou National Medical Products Administration (NMPA).

VACINAÇÃO De acordo com governadores, a empresa oferecerá inicialmente 10 milhões de doses

Prioridade de venda da Sputnik-V no Brasil vai ser do governo federal

DA REDAÇÃO

Representantes de 18 estados e do Distrito Federal (DF) - dentre os quais 13 governadores -, representantes do Ministério da Saúde (MS) e diretores da União Química decidiram ontem que a prioridade de compra da vacina russa Sputnik-V contra a Covid-19 vai ser do governo federal.

Os políticos participaram de reunião na fábrica do laboratório em Santa Maria (DF). De acordo com governadores, a empresa oferecerá, em um primeiro momento, 10 milhões de doses. No entanto, ainda não há previsão de entrega do imunizante, já que a União Química ainda precisa enviar documentos para análise de uso emergencial à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O líder do Fórum dos Governadores e chefe do estado do Piauí, Wellington Dias (PT), ressaltou que as doses serão vendidas ao ministério para integrarem o Programa Nacional de Imunização (PNI), e que a pasta garantiu a aquisição da vacina.

“[Foi dito que] não tem problema de dinheiro, o ministério compra, garante as condições de compra. A necessidade é de aprovação por meio da Anvisa. Esse é o compromisso desde o início. Defendemos que não pode ter um município vacinando todo mundo e o outro não, um estado vacinando todo mundo e o outro não. Nosso compromisso é de ter vacina para o Brasil, seguindo o critério de fase um, dois, três e quatro, como está no plano estratégico da Saúde”, disse Dias.

Apesar de definir que a prioridade de compra vai ser



Olga Maltseva / AFP

Sputnik V (Gam-Covid-Vac) é fabricada pela companhia de biotecnologia Biocad em Strelna na Rússia

do governo federal, alguns chefes dos estados se dispuseram a adquirir o imunizante caso a Saúde não consiga entregar doses suficientes à população. É o caso do governador do Espírito Santo,

A partir de abril, devem ser entregues 8 milhões de doses por mês do imunizante

Renato Casagrande (PSB), e do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

“Se for preciso nós compraremos. O Ministério da Saúde está dizendo que não será preciso, que vão comprar todas as vacinas. Mas os governadores já se colocaram todos à disposição, se for preciso nós compraremos e colocaremos no Programa Nacional de Imunização (PNI) para poder adiantar o cronograma. Mas o ministério dizendo que vai comprar todas as vacinas, para nós está tudo certo”, disse Renato Casagrande.

A produção do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA)

da vacina russa começou no DF em meados deste mês de janeiro. Após finalizado o projeto piloto, este será encaminhado ao instituto Gamaleya, na Rússia, para aprovação.

De acordo com Fernando Marques, presidente da União Química, depois disso, o passo seguinte será o envio de 10 milhões de doses do imunizante da Rússia ao Brasil.

“Dia 8, o IFA segue para Moscou, para a certificação e aprovação e aí pediremos inspeção da Anvisa na Bthek (fábrica da União Química que produz o IFA no DF) para começar o processo industrial do IFA no Brasil”, informou.

“O governo russo nos arroumou 10 milhões para esse início do processo. Isso só está dependendo do uso emergencial da Anvisa para a gente poder trazer esses 10 milhões e aí começa a produção local”, completou Fernando Marques.

Ainda conforme ele, após uma eventual aprovação da Anvisa, a previsão da União Química é de entregar, a partir de abril, 8 milhões de doses por mês ao PNI. “A nossa ideia é que os governadores que estão todos correndo atrás de vacina recebam pelo Plano Nacional de Imunização”, informou o presidente do grupo farmacêutico.

Mais de 100 prefeitos já aderiram a compra coletiva

DA REDAÇÃO

Mais de 100 prefeitos já integram a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que começou a articular um consórcio para que municípios fechem acordos para compra de vacinas contra Covid-19. A medida dos prefeitos é uma resposta à falta de mobilização do governo federal para adquirir os imunizantes.

“Só ontem mais de 100 municípios aderiram. Fizemos uma conferência e tivemos mais de mil acessos na plataforma. Foi explicado o funcionamento: a prefeitura não vai desembolsar o valor. A FNP está fazendo toda estruturação jurídica desse consórcio”, explicou Jonas Donizette, presidente da organização.

“O prefeito precisa fazer a simples adesão. E o prazo para estarmos aptos a comprar vacina é 22 de março. Vários prefeitos estão fazendo contato com farmacêuticas. Para o próximo mês esperamos que 10 vacinas estejam aprovadas no mundo. Esperamos que estejam também no Brasil”, disse Jonas em entrevista à CNN Brasil.

A FNP conta com um acordo feito com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Segundo o órgão, ele se comprometeu a pagar por qualquer acordo que o consórcio de prefeitos fizer.

“Mediante a situação que vivemos, com 91% da população confiando na vacina temos que aproveitar e comprar vacinas. Independente de marca. A convite do prefeito de Guarulhos, onde fica a fábrica da União Química, vamos em conjunto de 5 prefeitos para fazer uma visita. Vamos conversar com produtora da Sputnik e assim faremos com outras farmacêuticas, com um contato mais próximo e eficaz”, salientou Jonas.

Parlamentares reagem a vetos

RAUL AGUILAR

Os vetos do presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido) aos artigos de uma Medida Provisória (MP) que autorizavam a compra direta de vacina contra a Covid-19 por estados e municípios e o que estabelecia prazo de cinco dias para a Anvisa autorizar o uso emergencial de imunizante geraram críticas do governador Rui Costa (PT) e de congressistas baianos.

“Eu quero pedir em nome dos baianos que o presidente da Câmara nos ajude a aprovar a liberação para a compra de vacinas e salvar a vida de baianos, nordestinos e brasileiros. É um apelo que faço tamanha a minha indignação e revolta com o comportamento do Governo Federal e da Anvisa”, lamentou Rui durante uma reunião de governadores com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Na justificativa para o veto na compra de vacina pelos estados e municípios, Jair Bolsonaro alegou que o ato “viola competência privativa do presidente da República”, que “contraria o interesse público” e que pode “causar risco de judicialização”, já que não havia no texto os requisitos claros para determinar “omissão ou coordenação inadequada das ações de imunização de competência do Ministério da Saúde”.

Sobre o veto ao prazo de cinco dias estabelecido para Anvisa autorizar emergen-



Isac Nóbrega / Presidência da República / Divulgação

Bolsonaro vetou artigos de MP que autoriza adesão à aliança mundial por vacinas

cialmente um imunizante, o presidente da República pontuou que a medida, “ao tornar compulsória a autorização temporária de uso emergencial para a importação”, de forma “a dispensar a prévia análise técnica por parte da Anvisa acerca da se-

“[Bolsonaro] nem faz nada e não deixa ninguém fazer nada”

LÍDICE DA MATA, deputada federal

gurança, qualidade e eficácia em cada caso”, em “prejuízo das competências legais da Agência”, acaba por afetar um “avaliação de eventual risco de doença ou agravamento à saúde da população”.

O senador Jaques Wagner (PT) classificou os vetos de Bolsonaro como “um absurdo” e reforçou que o ato só “confirma que ele trabalha contra a vida e a saúde dos brasileiros”.

O líder do PSD no Senado Federal, Otto Alencar, foi outro que se manifestou contra a escolha do presidente da República. “Ele não resolve e não quer deixar que os estados e municípios resolvam. É uma atitude estranha do presidente. Se os municípios

e estados querem comprar e ele proíbe essa compra... É um fato tão estranho... Infelizmente é uma coisa sem solução, uma doença virótica reduzível somente por vacina, não tem medicamento”, reforçou Otto.

Outra a criticar a posição do presidente foi a deputada federal Lídice da Mata (PSB). “Ele nem faz nada e não deixa ninguém fazer nada. Inimigo da vida”. Na mesma linha caminhou o vice-líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, Afonso Florence (PT), que classificou o ato como um escândalo: “Bolsonaro debocha da população e veta que governadores e prefeitos possam comprar vacinas”, disse a socialista.

Câmara aprova texto-base para compra pelos estados

HELOÍSA CRISTALDO

Agência Brasil, Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base do projeto de lei que autoriza os estados, os municípios e o setor privado a comprar vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. No caso do setor privado, as doses devem ser integralmente doadas ao Sistema Público de Saúde (SUS) enquanto o público prioritário não tiver sido todo vacinado.

Os parlamentares ainda analisam os destaques, propostas que ainda podem modificar o texto de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). A matéria foi aprovada pelos senadores em fevereiro. O parecer do deputado Igor Timo (Pode-MG) propôs aprovação do texto sem mudanças.

“Em se tratando da vacina, não há nenhuma possibilidade de furar fila, haja vista que serão feitas doações em 100% para que os grupos de risco sejam vacinados prioritariamente e, em um segundo momento, 50% de toda a vacina que for adquirida, seguindo os critérios do Plano Nacional de Imunização”, afirmou Timo.

Responsabilidades

O texto também permite que estados, Distrito Federal e municípios assumam a responsabilidade civil por

eventuais efeitos adversos provocados pelos imunizantes, desde que estes tenham obtido registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Seguindo a proposta, os governos locais podem contratar um seguro privado para cobrir os eventuais riscos das condições impostas por fornecedores em contrato.

Essa é uma exigência feita por alguns laboratórios, como Pfizer/BioNTech e Janssen, cujas vacinas ainda não chegaram ao Brasil. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, tem criticado algumas condições impostas pelo laboratório Pfizer para compra da sua vacina. Dentre essas condições, estão a ausência de responsabilização ao laboratório em caso de atraso na entrega ou de eventuais efeitos colaterais do imunizante.

O deputado Henrique Fontana (PT-RS) criticou o PL, que, para ele, prevê a possibilidade de pessoas fora do grupo de risco furarem a fila ao liberar a aquisição de vacinas por empresas.

“Nós não podemos permitir que uma empresa, por exemplo, compre 50 mil vacinas, doe 25 mil vacinas para o SUS e, com as outras 25 mil, faça um fura-fila para seus funcionários, que podem ter menos ricos do que idosos que estão na fila, para os quais não têm vacinas. Então, a fila tem de ser única”, disse o deputado.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

MERCADO A moeda norte-americana encerrou ontem com um aumento de 1,12%, cotada a R\$ 5,6633, maior patamar desde 3 de novembro de 2020

Dólar fecha em alta após o governo zerar impostos do diesel e do gás de cozinha

DA REDAÇÃO E
AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O dólar fechou em alta de 1,12%, cotado a R\$ 5,6633, ontem, maior patamar de encerramento desde 3 de novembro de 2020, quando a cotação foi de R\$ 5,7609. Os investidores reagiram à decisão do presidente Jair Bolsonaro de zerar impostos federais sobre diesel e gás de cozinha, medida que será compensada pelo aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras como os bancos.

O presidente da República editou na noite de segunda-feira um decreto e uma medida provisória que zera as alíquotas da contribuição do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a comercialização e a importação do óleo diesel e do gás liquefeito de petróleo (GLP) de uso residencial. A medida foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

Em relação ao diesel, a diminuição terá validade durante os meses de março e abril. Quanto ao GLP, ou gás de cozinha, a medida é permanente. A redução do gás somente se aplica ao GLP destinado ao uso doméstico e embalado em recipientes de até 13 quilos. “As duas medidas buscam amenizar os efeitos da volatilidade de preços e oscilações da taxa de câmbio e das cotações do petróleo no mercado internacional”, informou a Secre-



Marcelo Casal / Agência Brasil / 24.4.2019

Alta da moeda foi uma reação dos investidores à decisão de zerar impostos

Medida provisória publicada ontem zerou as alíquotas da contribuição do PIS e Cofins

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CRESCE 5,4%

A produção brasileira de petróleo atingiu média diária de 2,87 milhões de barris em janeiro, segundo a ANP. O resultado ficou 5,4% de dezembro de 2020

taria Geral da Presidência da República.

Compensação

Para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, como forma de compensação tributária, também foi editada uma medida provisória aumentando a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras, alterando as regras de Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) para a compra de veículos por pessoas com deficiência e encerrando o Regime Especial da Indústria Química (Reiq).

“Para que o final do Reiq não impacte as medidas de combate à Covid-19, foi previsto um crédito presumido para as empresas fabricantes de produtos destinados ao uso em hospitais, clíni-

cas, consultórios médicos e campanhas de vacinação que utilizem na fabricação desses produtos insumos derivados da indústria petroquímica, o que deve neutralizar o efeito do fim do regime para essas indústrias, que vigorará até o final de 2025”, informou a Secretaria Geral.

As novas regras do IPI já entraram em vigor. O aumento da CSLL e o final do Reiq entrarão em vigor em 1º de julho.

As medidas de redução do PIS e da Cofins no diesel e no GLP resultarão em uma redução da carga tributária de R\$ 3,67 bilhões em 2021 neste setor. Para 2022 e 2023, a diminuição da tributação no gás de cozinha implicará uma queda de arrecadação de R\$ 922,06 milhões e R\$ 945,11 milhões, respectivamente.

RETRAÇÃO

Brasil chega perto de mais uma “década perdida”

JORGE SVARTZMAN

France Presse, Rio de Janeiro

O Brasil anunciará hoje uma das maiores retrações econômicas anuais de sua história, prevista em mais de 4% em 2020, fechando uma nova “década perdida”, e enfrenta este ano a “volatilidade e incerteza” por causa de sua gestão da pandemia, segundo analistas.

A queda da principal economia latino-americana foi de 4,2%, segundo estimativa média de 40 especialistas consultados pelo jornal Valor Econômico. Se confirmada, marcaria o terceiro maior colapso anual desde o início do século XX, após o de 1981 (-4,25%) e 1990 (-4,35%), na chamada “década perdida” da América Latina, atingida pela crise da dívida.

O Brasil tentava se recuperar da crise de 2015-2016 (quando seu PIB teve retração de 6,7% em dois anos), mas a pandemia do novo coronavírus, que já deixou mais de 255 mil mortos no país, frustrou esses esforços.

Se as projeções se confirmarem, o crescimento médio anual do Brasil no período 2011-2020 será de 0,29%, inferior ao de 1981 a 1990 (1,66%).

A queda registrada no último ano foi bem menor do que a prevista pelo FMI em junho (-9,1%) e do que a de outras economias regionais, como México (-8,5%) ou Argentina (-10%), graças à ajuda concedida pelo governo de abril a dezembro para um terço dos 212 milhões de brasileiros.

Assim, o país saiu com força da recessão no terceiro trimestre (+7,7%) e registrou no quarto, de acordo com as projeções, uma expansão de 2,8% frente ao trimestre anterior.

Sem auxílio

Mas o auxílio foi interrompido em janeiro, e, junto com ele também se reduzirá a atividade econômica, tudo isso em meio a uma nova fase de agravamento da doença – que pela primeira vez deixa mais de 1.100 mortes por dia, em média semanal.

Os analistas preveem uma nova queda do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano, seguido de um segundo trimestre de dúvida e uma recuperação apenas no segundo semestre, com fechamento do ano com expansão de 3,29%, de acordo com as projeções do mercado.

SAÚDE

Planos têm de cobrir novos exames e tratamentos

LÉO RODRIGUES

Agência Brasil, São Paulo

Uma nova resolução normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), publicada ontem no Diário Oficial da União, promoveu uma ampla atualização nos procedimentos e eventos que devem ter cobertura garantida por planos de saúde privados. Novos exames e tratamentos passaram a fazer parte da lista obrigatória de assistência, que deverá ser observada a partir de abril.

Ao todo, foram adicionadas 69 coberturas, sendo 50 relativas a medicamentos e 19 referentes a exames, terapias e cirurgias indicadas no tratamento de enfermidades do coração, intestino, coluna, pulmão e mama, entre outras.

Entre os remédios, passam a integrar a lista obrigatória de assistência 17 imunobiológicos que poderão ser usados para tratar doenças inflamatórias, crônicas e autoimunes, como psoríase, asma e esclerose múltipla.

Outros 19 são antineoplásicos orais indicados no enfrentamento de diversos tipos de câncer. Mulheres com tumor na mama em estágio avançado, por exemplo, poderão contar com a cobertura

do Abemaciclibe, Ribociclibe e Palbociclibe. Outra droga incluída é o Osimertinibe, que tem sido apontado em estudos como responsável por aumentar a sobrevida de pacientes com câncer de pulmão metastático. A lista traz ainda novas opções para tratar leucemias, melanomas, mielomas e tumores de fígado, rim e próstata.

Cirurgias

Em relação às cirurgias, terão coberturas novas intervenções para tratar hérnia de disco lombar e deformidade na mandíbula, além de problemas na coluna cervical e no coração. Os exames e terapias incluídos permitirão diagnósticos e tratamentos de tuberculose, inflamação intestinal, leucemia mieloide, cânceres de pulmão e de mama, entre outras doenças. Consultas com enfermeiro obstetra ou obstetriz também têm agora assistência garantida.

As mudanças foram aprovadas em reunião na última quarta-feira (24). Elas valem para todos os planos contratados a partir de 1999. Também se aplicam aos que foram contratados antes dessa data que tiverem sido adaptados conforme a lei federal 9.656/1998, conhecida como Lei dos Planos de Saúde.



O associativismo empresarial feminino no fomento à cooperação para o fortalecimento dos negócios

Uendel Galter / Ag. A TARDE / 27.2.2018



Rosemma Maluf defende maior protagonismo da mulher empresária no associativismo

Divulgados no final do ano passado, dados da pesquisa da Global Entrepreneurship Monitor mostram que o Brasil tem aproximadamente 30 milhões de mulheres empreendedoras, o que representa cerca de 48,7% de todo o mercado empreendedor. Esse recorte mostra como a participação feminina tem sido crescente no mundo dos negócios e ressalta a importância do fortalecimento da cooperação a partir do associativismo empresarial.

A menos de uma semana para o Dia Internacional da Mulher, um ponto nos leva à reflexão: como está o ambiente de negócios para elas? Abrir um negócio e mantê-lo não é tarefa fácil e, no caso das mulheres, os desafios são diversos. A vice-presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB), Rosemma Maluf, tem defendido dentro da entidade espaço para um maior protagonismo da mulher empresária no associativismo, bem como o incentivo à formação de uma rede colaborativa entre empreendedoras. Entre os aprendizados tidos por Rosemma com esta prática, ela destaca a promoção da melhoria na gestão das empresas a partir de parcerias, treinamentos, mentorias e trocas de experiências. “Temos que aproveitar as vantagens do associativismo, ficando frente a frente com empresárias que enfrentam os mesmos problemas de toda mulher que resolve empreender – conciliar a vida privada e profissional, desconstruir a cultura machista, realizar troca de experiências e conhecimentos, fortalecer rede de negócios, ampliar o networking e a criação de soluções para o segmento de forma coletiva”, aponta.

Atualmente, a diretoria-executiva da ACB conta com os nomes de Rosemma Maluf, Ana Coelho e Maria Constança Galvão, além de outras empresárias que compõem o quadro da Diretoria Plenária. Independentemente do segmento de atuação, o olhar da ACB tem buscado fortalecer a cultura da mulher empresária para a importância do associativismo, buscando despertar a percepção dos benefícios em participar de uma entidade patronal. “Os desafios para as mulheres avançarem no mundo dos negócios são diversos, mas o nosso espaço tem sido conquistado. Quanto mais juntas estivermos, melhores resultados teremos quanto à ocupação dos espaços de poder e decisão, sobretudo na economia”, avalia Rosemma.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

CURTAS

Produtos industrializados sobem

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a variação de preços de produtos industrializados na saída das fábricas, registrou inflação de 3,36% em janeiro. A taxa é superior aos índices de dezembro (0,39%) e janeiro de 2020 (0,35%). Segundo dados divulgados ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPP acumula inflação de 22,96% em 12 meses. No mês de janeiro, 24 atividades indus-

triais tiveram alta de preços em seus produtos. Em dezembro, esse número era de 17.

SEGMENTOS EM DESTAQUE

Os principais destaques entre os segmentos são indústrias extrativas (10,7%), metalurgia (6,1%) e refino de petróleo e produtos de álcool (5,30%)

Hospital Metropolitano ganhará 200 leitos para covid

LAURO DE FREITAS O governador da Bahia, Rui Costa, anunciou ontem a abertura de 200 leitos para covid-19 no Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador (RMS). Rui informou que já autorizou a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) a realizar licitação emergencial para a abertura do hospital, o que deve acontecer

em até três semanas.

A previsão é que sejam instalados, ao todo, 100 leitos clínicos e mais 100 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atender pacientes diagnosticados com o novo coronavírus. Hoje o estado enfrenta um pré-colapso das unidades de saúde com o aumento no número de casos de covid-19. A ocupação de leitos

está em 81%.

Inicialmente, o Hospital Metropolitano irá abrir com 40 leitos de UTI e mais 30 leitos clínicos. A expectativa é que a unidade inicie suas atividades logo após a conclusão da licitação emergencial.

Além dessa unidade, o Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova irá abrir na noite dessa quinta-feira (4). As Obras Sociais Irmã Dulce

(Osid) vão gerir o hospital que, segundo o edital da Sesab, terá 200 leitos, sendo 100 de UTI e 100 clínicos, que serão abertos progressivamente. De imediato, estarão disponíveis 50 leitos de UTI e 30 clínicos. "Lembro que isso tudo não será suficiente se não contarmos com a colaboração da população com uso de máscara e distanciamento social", disse Rui.

CVM analisa abrir processo sobre lucro irregular com ação da Petrobras

INSIDER TRADING A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) avalia abrir processo para investigar operações atípicas com papéis da Petrobras nas últimas semanas, quando eclodiu a crise entre o presidente da República Jair Bolsonaro e a administração da companhia, que culminou com a troca do comando da petroleira. A área técnica do órgão regulador do mercado de capitais analisa informações sobre uso de informações privilegiadas (insider trading).

Os sinais de que alguém pode ter lucrado com a antecipação de informações sobre o que ocorreria na estatal foram revelados pela coluna de Malu Gaspar, no jornal O Globo. Segundo a coluna, um investidor pode ter levantado R\$ 18 milhões em transações de opções de venda de papéis da petroleira ao efetuar operações, na quinta, 18, em um volume que só faria sentido se realmente acreditasse que as ações iriam cair pelo menos 8% no dia seguinte.

Na operação de opção, o in-

vestidor adquire o direito de comprar ou vender um ativo em uma data futura, a um preço fixo, para se proteger do movimento contrário do papel ou especular. Dados públicos da B3 mostram que os detentores dos papéis tinham garantida a venda de ações da Petrobras no vencimento - 22/2 - a R\$ 26,50. No dia 18, quando a ação fechou a R\$ 29,27, antes de o presidente anunciar durante live, à noite, que promovia mudanças na estatal, duas ordens de compra foram realizadas: uma de 2,6 milhões de opções às 17h35, e outra às 17h44, de 1,4 milhões de papéis, ambas com preço de R\$ 0,04 (R\$ 160 mil no total). As operações foram realizadas por uma mesma corretora, a Tullet Prebon segundo o Jornal Nacional.

Antes da Live, a estatal foi tema de reunião ministerial. Participaram do encontro com Bolsonaro os ministros

Braga Netto, da Casa Civil; Paulo Guedes, da Economia; Tarcísio Freitas, da Infraestrutura; Bento Albuquerque, das Minas e Energia; Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo; e Augusto Heleno, do GSI.

O número de negócios com o papel naquela data foi de 238, disparando para 1.097 no dia seguinte, após Bolsonaro sinalizar mudanças. Um operador de mercado disse que o volume de compra dos papéis, chama a atenção, uma vez que não havia uma indicação de mudanças. "Me parece um movimento premeditado. Pode não ter sido 'insider trading', mas tem cara e cheiro disso", diz. Crime no Brasil, o insider trading é o uso de uma informação relevante ainda desconhecida do mercado na negociação de papéis, obtendo lucro ou evitando uma perda.

OCDE alerta sobre uso político de estatais

RELATÓRIO Líder do grupo de trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) referente a estatais e privatizações, Lars Erik Fredriksson citou ontem recomendações que o Brasil pode adotar a curto prazo no setor, entre elas uma maior independência e profissio-

lismo dos conselhos das estatais. Fredriksson afirmou a autonomia dos conselhos evitaria o uso político das estatais e daria mais autoridade para seus membros supervisionarem o trabalho dessas companhias.

Para a OCDE, o conselho de administração das estatais deve ser o único órgão

com poder de destituir ou nomear o presidente das companhias. Ministros ou chefes de governo não poderiam "escolher ou destituir" o comandante dessas empresas, na visão da OCDE.

O Brasil pleiteia entrar como membro permanente da OCDE e para isso tem de seguir suas recomendações.

Imposto de Renda: FGTS emergencial tem de ser declarado

BENEFÍCIO Em 2020, por causa da pandemia de covid-19, o governo liberou o saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O valor de até R\$ R\$ 1.045 ficou disponível de 15 de junho a 31 de dezembro em contas ativas e inativas que tinham saldo. Quem fez a retirada deve declarar o valor no Imposto de Renda 2021.

Para os cidadãos que têm a obrigatoriedade de declarar o IR, todos os tipos de saques do FGTS devem constar na declaração, incluindo o saque-aniversário, a retirada de recursos para a compra de imóvel, a retirada por demissão sem justa causa ou qualquer

1.045

reais foi o valor do FGTS Emergencial disponível para saque entre junho e dezembro de 2020

outros motivos que permitam a liberação do dinheiro.

Os valores retirados não alteram a base de cálculo do Imposto de Renda, por ser um rendimento isento.

O saque do FGTS deve ser declarado com o preenchimento da ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis". A ficha é disponibilizada no menu do programa para preenchimento e transmissão da declaração de Im-

posto de Renda 2021.

O "Tipo de Rendimento" é o código 04, que se refere a "Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS".

O contribuinte deve escolher então o tipo de beneficiário, titular ou dependente, e informar o CNPJ da fonte pagadora, que, no caso, é a Caixa Econômica Federal.

IPP SOBE 3,36% EM JANEIRO ANTE 0,39% EM DEZEMBRO, DIZ IBGE

PORTA DA FÁBRICA O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou alta de 3,36% em janeiro, informou o IBGE. A taxa de dezembro foi revista de uma alta de 0,41% para uma elevação de 0,39%. O IPP mede a evolução dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação. Com o resultado de janeiro, o IPP de indústrias de transformação e extrativa acumulou aumento de 3,36% no ano. A taxa acumulada em 12 meses é de 22,96%. A variação pode ser repassada até o consumidor ou ser absorvida pelas empresas, diminuindo suas margens. Considerando apenas a indústria extrativa, o avanço foi de 10,70% em janeiro, após queda de 1,01% de dezembro. Já a indústria de transformação teve aumento de 2,93% em janeiro, ante elevação de 0,48% no IPP de dezembro. Os bens de capital ficaram 3,63% mais caros na porta de fábrica em janeiro. O resultado ocorre após os preços terem recuado 1,11% em dezembro. Os bens intermediários registraram avanço de 4,91%, ante aumento de 0,51% em dezembro.



●● (A política de vacinação contra a covid-19) é a política econômica mais importante para os países no quadro atual
Kristalina Georgieva

diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI)

ANEEL ADIA APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO DA CDE

IMPACTO NA CONTA DE LUZ A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou, novamente, a aprovação do orçamento de 2021 da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que banca diversos subsídios e políticas públicas como o Luz para Todos. Enquanto não há uma definição, as distribuidoras deverão recolher um valor mensal provisório de R\$ 1,675 bilhão. Os valores são pagos por todos os consumidores via conta de luz. Durante a reunião semanal da agência nesta terça (2/3), os diretores concordaram em esperar a regulamentação da Medida Provisória (MP) 998 para aprovar o orçamento anual do fundo. O texto, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro anteontem, prevê repasses de recursos não utilizados em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (EE), que estavam parados nos caixas das empresas de energia elétrica, para a CDE. A agência já havia adiado a análise do orçamento da CDE no mês passado, quando a diretoria afirmou que a definição do valor dependia da aprovação da MP, que ainda tramitava no Senado Federal. A alternativa foi propor uma cota mensal de R\$ 1,9 bilhão para a CDE neste mês.

INDICADORES

CÂMBIO

	Cotagem	Variação
Dólar Comercial	R\$ 5,8815	R\$ 5,8880
Dólar Turismo	R\$ 5,8880	R\$ 5,8336
Euro Turismo	R\$ 6,7728	R\$ 7,0470

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Sobrepia	115.208	-0,9%

POUPANÇA

03/03/2021	8.099,5
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Janeiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,2%	0,2%	4,9%
NPIC/IBGE	0,3%	0,3%	4,3%
IGP-M/FGV	0,4%	0,4%	7,8%

PRODUÇÃO PETRÓLEO

5,4%

é o crescimento da produção de petróleo no Brasil entre janeiro deste ano e dezembro de 2020. O dado é da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Frente a janeiro do ano passado, houve queda de 9,3%

ANTT ATUALIZA HOJE A TABELA DE PREÇOS MÍNIMO PARA FRETE

TRANSPORTE DE CARGAS A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou que vai atualizar hoje a tabela de preços mínimos de frete rodoviário de cargas. O reajuste será dado "considerando a variação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 10% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos da Política Nacional de Pisos Mínimos de Frete (PNPM)". A tabela é reajustada a cada seis meses ou quando o diesel sobe mais que 10%. O reajuste anterior da tabela, de 2,51%, foi publicado em 19 de janeiro. Depois dessa data, o preço do diesel foi reajustado quatro vezes pela Petrobras.

PLANO DE SAÚDE

69

Novas coberturas, sendo 50 relativas a medicamentos e 19 referentes a exames, terapias e cirurgias foram incluídas no rol de procedimentos e eventos que devem ser garantidos por planos de saúde a partir de 1/4. A lista está no site da ANS: www.ans.gov.br.



Lira e governadores acertam destinar R\$ 14,5 bilhões no Orçamento para a Saúde

Câmara aprova permitir compra de vacinas por estados

PANDEMIA A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite o Projeto de Lei 534/21, do Senado Federal, que autoriza os estados, os municípios e o setor privado a comprar vacinas contra a Covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. A matéria será enviada à sanção presidencial.

No caso do setor privado, as doses deverão ser integralmente doadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto estiver em curso a vacinação dos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde. Após a conclusão dessa etapa, o setor privado poderá ficar com metade das vacinas que comprar, e estas deverão ser aplicadas gratuitamente. A outra metade deverá ser remetida ao SUS.

A proposta também autoriza a União, os estados e os municípios a assumirem a responsabilidade de indenizar os cidadãos por eventuais efeitos colaterais provocados pelas vacinas. Para o relator do projeto, deputado Igor Timo (Pode-MG), a aprovação da proposta “é a esperança da maior parte da população brasileira”, por isso ele recomendou a adoção do texto enviado pelo Senado sem mudanças.

“A proposição tem o objetivo de ampliar o acesso aos imunizantes, com a participação de todos os entes federados e com a contribuição solidária das pessoas jurídicas que queiram participar da campanha de vacinação”, disse o relator do projeto.

Mais cedo, o presidente da

Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e os governadores acertaram destinar R\$ 14,5 bilhões do Orçamento da União deste ano para a área da Saúde, principalmente o combate à pandemia. Serão R\$ 12 bilhões em emendas parlamentares e mais R\$ 2,5 bilhões do fundo emergencial de combate à pandemia, anunciado mais cedo por Lira em pronunciamento no início da reunião com os governadores.

Segundo explicou Lira, o fundo será composto do somatório de todas as despesas orçamentárias diluídas, que serão totalizadas numa contabilidade única para o combate à pandemia.

O encontro entre Lira e os gestores estaduais ocorreu, na residência oficial da Presidência da Câmara. O presidente informou a criação de um grupo composto por um governador de cada região do país e representantes da Câmara, do Senado e do Ministério da Saúde para acompanhar a importação de insumos e a fabricação das vacinas no país.

Mais*

REGRAS PARA SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA FORAM DISCUTIDAS EM REUNIÃO COM PREFEITOS

Vinícius Nascimento

REPORTAGEM

vinicius.nascimento@redetbahia.com.br

As medidas mais rígidas contra a covid-19 foram ampliadas na Bahia em novo anúncio feito ontem pelo governador Rui Costa (PT), após reunião com o prefeito da capital, Bruno Reis (DEM), e dos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Pelo novo decreto, o toque de recolher em quase todo o estado seguirá em vigor até 1º de abril, com restrição de circulação de pessoas das 20h às 5h. Já as medidas restritivas às atividades não essenciais, o chamado lockdown parcial, vão vigorar até segunda-feira em Salvador e RMS.

No restante da Bahia, a partir de hoje o comércio não essencial já pode reabrir, desde que respeitando as especificações do toque de recolher. O decreto ainda estabelece que das 18h de sexta, 05, até as 5h de segunda, 08, só poderão funcionar serviços essenciais em toda a Bahia. As medidas serão publicadas no Diário Oficial do Estado de hoje.

Segundo o prefeito Bruno Reis, a decisão de estender o lockdown parcial em Salvador e RMS foi tomada na reunião do consórcio de prefeituras, com base na dura realidade enfrentada para gerenciar as redes de saúde das cidades que integram essa região do estado. Em postagem nas redes sociais, às 16h de ontem, Bruno justificou a decisão dizendo que a "situação nas unidades de saúde da capital é de pré-cólapsos".

"Hoje mesmo, em Salvador, acordamos com 96 pacientes aguardando leitos de UTI e de enfermaria, sendo que de UTI são 58. Nossas UPAs já estão lotadas, com pacientes nos corredores e macas, e tivemos que adotar essas medidas para evitar que um mal pior acontecesse em Salvador", disse Reis.

De acordo com a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), cerca de 300 pacientes aguardam regulação para lei-



Passageiros aguardam em pontos de ônibus para chegar em casa antes do começo do toque de recolher

Lockdown extra na capital e RMS

Governo do estado estende ainda toque de recolher até 1º de abril em quase toda Bahia

tos de UTI em toda a Bahia.

Ontem também, a Associação Comercial da Bahia, a CDL Salvador, a FCDL Bahia e a Fecomércio-BA, todas entidades empresariais, se reuniram com o prefeito Bruno Reis para discutir a pandemia. As entidades acataram a ampliação do lockdown parcial até o dia 08, mas com o compromisso da prefeitura de que nessa data o comércio e as atividades consideradas não essenciais poderão voltar a funcionar na capital, dentro dos parâmetros de segurança contra o novo coronavírus.

BEBIDAS E SERVIÇOS

O novo decreto reedita a restrição da venda de bebidas alcoólicas em todo o estado a

Tomamos essa decisão com base no que estamos vendo: a dura realidade que nós, prefeitos, estamos enfrentando para gerenciar o nosso sistema de saúde

Bruno Reis

Prefeito de Salvador, ao comentar resultado de reunião com o consórcio de prefeituras do RMS e a decisão de ampliar o lockdown parcial nas cidades dessa região

Essa é uma doença coletiva. O único jeito de barrar o crescimento dessa doença é restringindo o contato das pessoas. Peça a sua contribuição e colaboração. Ajude a salvar a vida da sua família e da família dos outros

Rui Costa
Governador

a partir das 18h de sexta, até as 05h de segunda, inclusive a proibição vale para delivery.

Os atos religiosos litúrgicos (missas e cultos) poderão ocorrer na Bahia, respeitados os protocolos sanitários, o distanciamento social e o uso de máscaras, bem como a lotação máxima de 30% de fiéis nas igrejas e templos. Eventos religiosos, no entanto, seguem proibidos até dia 08.

Já a circulação dos meios de transporte metropolitanos (ônibus e metrô) deverá ser suspensa das 20h30 às 05h; enquanto o sistema ferry boat e as lanchinhas ficam suspensas das 20h30 às 05h, de hoje até sexta, e estão proibidos de funcionar nos dias 06 e 07, sábado e domingo.

Ação pede circulação de 100% dos ônibus em Salvador

Petição do Ministério Público da Bahia (MP-BA), protocolada ontem, pede à Justiça que determine a circulação de 100% da frota de ônibus do sistema de transporte coletivo de Salvador nos horários de pico: 5h às 8h, 8h às 12h e 15h às 21h.

Segundo o pedido, a cidade conta hoje com apenas 83,19% dos ônibus circulando, conforme informações

da Secretaria municipal de Mobilidade Urbana (Semob). Ainda segundo o MP-BA, há relatos da população de superlotação dos coletivos.

A petição foi protocolada pelos coordenadores do GT Coronavírus, promotores Rita Tourinho e Rogério Queiroz. Eles destacaram, ainda, que a circulação integral da frota deve ser por toda a cidade e não apenas nas

estações de transbordo.

O pedido foi realizado no processo da ação civil pública ajuizada pelo MP em 5 de outubro de 2020, quando já se solicitava a circulação integral da frota da capital. Os promotores apontaram que a Justiça até hoje não decidiu sobre a ação, apesar do município ter apresentado resposta, como foi condicionado para apreciação da limi-

nar. Segundo eles, tampouco houve reagendamento da audiência de conciliação, por duas vezes adiada.

"Quem está pagando o preço dessa inércia judicial é a população de Salvador, onde os leitos hospitalares destinados ao tratamento de pacientes contaminados pela covid-19 estão constantemente lotados", afirmaram os promotores.

RESTRICÇÕES NA CAPITAL E RMS:

• O QUE NÃO PODE:

Gente nas ruas Circulação noturna de pessoas das 20h às 5h, até o dia 01 de abril;

Comércio Lojas de rua tem de ficar fechadas até 8 de março;

Sair para comer Bares, restaurantes, pizzarias, lojas de conveniência e similares não funcionam até 8 de março (podem fazer delivery até 23h59);

Compras Shoppings e centros comerciais não podem receber clientes até 8 de março (podem funcionar por Drive Thru - cliente compra em site e retira no local - das 10h às 19h)

Aglomeração Continuar proibidos até 8 de março, eventos e atividades esportivas, religiosas, cerimônias de casamento, recreativos públicos ou privados, circos, eventos científicos e formaturas; aulas de dança e ginástica;

Bebidas Venda proibida de 17h de sexta (05) até segunda (08);

Praias Continuar fechadas;

Hospitais Não podem ocorrer até 8 de março procedimentos cirúrgicos eletivos não urgentes ou emergenciais, nos hospitais públicos e privados;

Esportes Até dia 8 também não ocorrem atividades esportivas coletivas amadoras, sendo permitidas práticas individuais, desde que sem aglomerações;

Serviços Até dia 08, estão suspensas as atividades presenciais de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual não enquadrados como serviços públicos essenciais;

SAC Não pode fazer atendimento presencial até às 5h do dia 08 de março;

• O QUE É PERMITIDO

Comida Além do delivery dos bares e restaurantes até 23h59, os mercados e padarias podem abrir até às 20h;

Feiras Livres Podem funcionar até 19h, desde que em local aberto e distância de 1,5 metro entre uma barraca e outra;

Transportes Ônibus metropolitanos encerram operações das 20h30 às 5h e o metrô das 20h às 5h, até 8 de março. Ferry e lanchinhas funcionam até sexta 20h30 e não funcionam nos dias 06 e 07. Os ônibus intermunicipais poderão circular normalmente e os transportes por aplicativo e táxi também;

Câncer Procedimentos cirúrgicos eletivos oncológicos e cardiológicos podem ocorrer, bem como cirurgias em clínicas e hospitais dia;

Farmácias Pode ter delivery

Tribuna

Novo Guedes!

Falando ontem à Jovem Pan, o ministro Paulo Guedes deu uma verdadeira aula de como fazer o enfrentamento do Estado e promover os ajustes de que a economia necessita. "Estamos diferentes. Chegamos ao governo convivendo com um cenário de centro-esquerda. Agora, alcançamos a centro-direita. As reformas vão sair e a vida do brasileiro vai melhorar. Precisamos ser resilientes, moderados e fraternos, para aplicar os conhecimentos adquiridos em favor do povo", disse o ministro.



Paulo Guedes

Reforma

O ministro Paulo Guedes também comentou sobre a importância da Reforma Política. "Acho que os mandatos deveriam ter prazos coincidentes, com 5 anos, voto distrital-misto, acabando-se com este sistema de fazer eleições de dois em dois anos".

Petrobras

O ministro Paulo Guedes disse ontem ser uma anomalia a Petrobras ter ações em Bolsa: "Ela não é tatu, nem cobra. Ao mesmo tempo tem que dar dividendos para os acionistas e atender às políticas do governo". Exemplo adequado para explicar porque é uma empresa que deveria ser privatizada.

Tribuna

Rui quer que Supremo libere aplicação de vacinas contra Covid-19

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER E AGÊNCIAS

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), quer que o Supremo Tribunal Federal (STF) libere a aplicação de vacinas contra a Covid-19. A pedido do petista, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) ajuizou ação na Corte. Segundo o órgão, a Suprema Corte permitiu apenas que estados e municípios comprem as vacinas sem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas não a aplicação.

O novo pedido ao STF é para possibilitar a aquisição, importação e dispensação à população baiana de quais-

te. O chefe do Palácio de Ondina tem criticado duramente a demora do país para aquisição de vacinas. Ele chegou a chamar de "aberração" a exigência da Anvisa para que haja testes da vacina contra o coronavírus no Brasil antes de liberar o uso do imunizante. A agência recusou pedido de uso emergencial feito pelo laboratório União Química da vacina russa Sputnik V, por falta de testes no país. A eficácia deste imunizante, segundo resultados preliminares publicados pela revista científica "Lancet", é de 91,6%. "Não faz sentido o governo federal estar protelando a análise desta vacina. O que nós questionamos é a aberração de condicionar a vistoria dos documentos à realização de um estudo de

Rui disse ainda esperar que, nesta semana, assinasse o contrato com a Sputnik V. A empresa responsável assegurou ao governador que teria capacidade de fornecer cerca de 6 milhões de doses até abril para o Nordes-

te. O chefe do Palácio de Ondina tem criticado duramente a demora do país para aquisição de vacinas. Ele chegou a chamar de "aberração" a exigência da Anvisa para que haja testes da vacina contra o coronavírus no Brasil antes de liberar o uso do imunizante. A agência recusou pedido de uso emergencial feito pelo laboratório União Química da vacina russa Sputnik V, por falta de testes no país. A eficácia deste imunizante, segundo resultados preliminares publicados pela revista científica "Lancet", é de 91,6%. "Não faz sentido o governo federal estar protelando a análise desta vacina. O que nós questionamos é a aberração de condicionar a vistoria dos documentos à realização de um estudo de



O GOVERNADOR da Bahia, Rui Costa (PT), quer que o Supremo Tribunal Federal (STF) libere a aplicação de vacinas contra a Covid-19

Em entrevista ao jornal O Globo, Rui defendeu ainda que o Congresso Nacional aprove medidas para viabilizar a aquisição de vacinas. De acordo com o diário carioca, a negociação da vacina da Pfizer, por exemplo, está travada devido a uma cláusula que prevê responsabilização da União

contra a Covid-19. Rui celebrou a decisão com o argumento de que "além de salvar milhares de vidas humanas, nós vamos retomar a vida, a normalidade, retomar a economia, o emprego, a renda, diminuir o sofrimento do nosso povo".

caso no Brasil, o que demoraria, pelo menos, 90 dias. Nós não temos esse tempo", declarou.

Após as críticas públicas, a Anvisa dispensou a necessidade de ensaios clínicos de fase 3 no Brasil para conceder registros emergenciais de vacinas

contra a Covid-19. Rui celebrou a decisão com o argumento de que "além de salvar milhares de vidas humanas, nós vamos retomar a vida, a normalidade, retomar a economia, o emprego, a renda, diminuir o sofrimento do nosso povo".

AUXÍLIO EMERGENCIAL

"Responsabilidade fiscal não pode se sobrepor à vida"



JAQUES WAGNER disse, em uma postagem nas redes sociais, que a "responsabilidade fiscal" não pode se sobrepor à vida

Ao defender a volta do auxílio emergencial, o senador e ex-governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), disse, em uma postagem nas redes sociais, que a "responsabilidade fiscal" não pode se sobrepor à vida. Na semana passada, em entrevista à CNN Brasil, o ministro da Cidadania, João Roma (Republicanos), afirmou que é preciso garantir o benefício sem perder o "foco na responsabilidade fiscal, na segurança jurídica, nos sinais que se dão para a economia".

"Não há responsabilidade fiscal que se sobreponha à vida, à emergência da pandemia e à fome de milhões de famílias. É assim no mundo todo e tem que ser aqui também", disse Wagner.

"Insisto e defendo que a retomada do auxílio emergencial é uma tarefa urgente e prioritária. O governo federal cometeu um grave erro ao suspender este benefício que seria fundamental para minimizar danos neste contexto marcado pelo agravamento da pandemia, com o aumento de casos e mortes, além dos mais de 14 milhões de brasileiros e

brasileiras sem emprego hoje no Brasil. O retorno do auxílio é indispensável na luta que estamos travando para salvar vidas e garantir a sobrevivência de milhões de famílias brasileiras neste momento", acrescentou.

Nesta semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), disse que o valor do novo auxílio emergencial deverá ser de R\$ 250 mensais e será pago em quatro meses. Wagner ainda tem defendido as medidas restritivas adotadas pelo governador da Bahia, Rui Costa (PT).

"Enquanto não houver vacinas suficientes para uma imunização mais rápida, restringir atividades é essencial para proteger a todos nós. Com certeza é um sacrifício, mas nada é pior do que perdermos mais vidas. Diante do avanço da Covid-19 na Bahia, medidas de restrição mais duras (foram) adotadas neste fim de semana. Apesar dos esforços, a situação é crítica, com o colapso nos sistemas de saúde público e privado. O governador aceita com essa atitude rígida, porém necessária", afirmou. (RDS)

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data 03/03/2021	Página: 07

Tribuna

REFORÇO

Governador anuncia abertura do Hospital Metropolitano

Na tarde de ontem (2), o governador Rui Costa autorizou a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) a realizar licitação emergencial para a abertura do Hospital Metropolitano, que fica localizado em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). A previsão é de que sejam instalados 200 leitos na unidade, sendo 100 leitos clínicos e mais de 100 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atender pacientes diagnosticados com o novo coronavírus.

Inicialmente, o Hospital Metropolitano irá abrir com 40 leitos de UTI e mais 30 leitos clínicos. A expectativa é de que, após

o lançamento da licitação emergencial, que ocorre nos próximos dias, o hospital inicie as atividades no prazo de três semanas.

“De forma excepcional e especial, iremos abrir os leitos do Hospital Metropolitano e estamos lançando mão de todas as alternativas que nós temos. Lembro que isso tudo não será suficiente se não contarmos com a colaboração da população com uso de máscara e manutenção do distanciamento social”, explica o governador.

Além disso, o Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova irá abrir na noite da próxima quinta-feira (4), de forma gradativa.

Veículo: Metro1	
Data: 03/03/21	



Governo da Bahia anuncia abertura do Hospital Metropolitano para atender pacientes da Covid-19

Ao todo, 100 novos leitos serão abertos; "Nada disso será suficiente se não contarmos com a colaboração da população", alerta Rui Costa.



Foto : Divulgação/GOVBA

Por **Gabriel Amorim** no dia 02 de Março de 2021 · 17:56

O governador Rui Costa (PT) autorizou, na tarde de hoje (2), que a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) realize uma licitação emergencial para a abertura do Hospital Metropolitano, localizado em Lauro de Freitas.

A previsão é de que a abertura da nova unidade traga 200 novos leitos para o sistema de saúde baiano, sendo 100 leitos clínicos e mais de 100 leitos de Unidade de Terapia Intensiva para atender pacientes diagnosticados com o novo coronavírus. A autorização aumenta o número de leitos a serem instalados na unidade.

Inicialmente, o Hospital Metropolitano abriria com 40 leitos de UTI e mais 30 leitos clínicos. A expectativa é de três semanas até que o hospital possa estar funcionando. Rui aproveitou o pronunciamento para “De forma excepcional e especial iremos abrir os leitos do Hospital Metropolitano e estamos lançando mão de todas as alternativas que nós temos. Lembro que isso tudo não será suficiente se não contarmos com a colaboração da população com uso de máscara e manutenção do distanciamento social”, explica o governador.

Além do Hospital em Lauro de Freitas o Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova irá abrir a partir de amanhã a noite (4), de forma gradativa.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 02/03/2021	



Governo do Estado anuncia abertura do Hospital Metropolitano para atender pacientes da Covid-19

2 março 2021



Foto: Sesab

Na tarde desta terça-feira (2), o governador Rui Costa autorizou a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) a realizar licitação emergencial para a abertura do Hospital Metropolitano, que fica localizado em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). A previsão é de que sejam instalados 200 leitos na unidade, sendo 100 leitos clínicos e mais de 100 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atender pacientes diagnosticados com o novo coronavírus.

Inicialmente, o Hospital Metropolitano irá abrir com 40 leitos de UTI e mais 30 leitos clínicos. A expectativa é de que, após o lançamento da licitação emergencial, que ocorre nos próximos dias, o hospital inicie as atividades no prazo de três semanas.

“De forma excepcional e especial, iremos abrir os leitos do Hospital Metropolitano e estamos lançando mão de todas as alternativas que nós temos. Lembro que isso tudo não será suficiente se não contarmos com a colaboração da população com uso de máscara e manutenção do distanciamento social”, explica o governador.

Além disso, o [Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova](#) irá abrir na noite da próxima quinta-feira (4), de forma gradativa.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/03/2021	



Bahia recebe nova remessa de vacinas contra a Covid-19

3 março 2021



Foto: Leonardo Rattes/SAUDE/GOVBA

Mais 165.600 doses de vacinas contra o coronavírus chegaram à Bahia na madrugada desta quarta-feira (3). O lote recebido foi produzido pelo Butantan. Esta é a sexta remessa de vacinas que a Bahia recebe. Com a carga, o estado totaliza 1.111.200 doses recebidas, entre Coronavac e Oxford, desde o dia 18 de janeiro, quando chegou a primeira remessa.

O Grupamento Aéreo da Polícia Militar, após a organização das doses feita pela equipe da coordenação de imunização do estado, já começou a fazer a distribuição das vacinas para as centrais regionais no interior da Bahia, de onde serão encaminhadas para os municípios. A nova remessa dará possibilidade de continuidade à primeira fase do plano de vacinação, que inclui idosos e trabalhadores de saúde.

Com 470.783 vacinados contra o coronavírus (Covid-19), dos quais 124.470 receberam também a segunda dose, até as 15 horas desta terça, a Bahia é um dos estados do País com o maior número de imunizados. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) realiza o contato diário com as equipes de cada município a fim de aferir o quantitativo de doses aplicadas e disponibiliza as informações detalhadas no painel

<https://bi.saude.ba.gov.br/vacinacao/>.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 03/03/2021	



Aeronaves do Estado levam para o interior mais 88 mil doses de vacina contra a Covid-19

3 março 2021



Foto: Leonardo Rattes/SAUDE/GOVBA

Aeronaves do Grupamento Aéreo (Graer) da Polícia Militar da Bahia e da Casa Militar do Governador (CMG) iniciaram, às 7h desta quarta-feira (3), a 6ª fase da Operação de Distribuição de Vacinas contra o novo coronavírus. Quarenta e duas cidades da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do interior receberão 88.130 doses do imunizante do Butantan.

Cinco aviões e quatro helicópteros foram empregados. A previsão de entrega da última carga é às 13h, em um município da região sudoeste da Bahia.

“Somos o estado que tem atuado com mais celeridade nas distribuições dos imunizantes. A determinação do governador Rui Costa é que as vacinas cheguem o mais rápido possível, otimizando as aplicações e salvando vidas”, destacou o coronel Carvalho da CMG, coordenador da Operação do Transporte Aéreo de Vacinas.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 02/03/2021	



Leilão eletrônico de bens públicos arrecada R\$ 1,39 milhão

2 março 2021



Foto: Divulgação/Saeb

A Secretaria da Administração (Saeb) arrecadou R\$ 1,39 milhão com a venda de bens públicos no Leilão eletrônico 001/2021, realizado na última sexta-feira (26). Avaliados em R\$ 539,5 mil, os 84 lotes foram arrematados com um ágio de 153%. O certame foi transmitido pela internet como forma de prevenção à Covid-19, mas também teve o intuito de fomentar uma participação maior de licitantes, franqueando acesso a interessados de outras cidades e estados.

O item do leilão vendido pelo maior valor foi a caminhonete Ford Ranger (Lote 33/2ª Parte), arrematado por R\$ 55 mil. Já o lote com maior ágio foi o de número 4 (parte 1), composto por mobiliários, que foi leilado com uma valorização de 900% em relação à avaliação. O certame virtual foi realizado pelo [site](#), a partir das 9h30, sob o comando do leiloeiro oficial Paulo Cezar Rocha Teixeira. O leilão foi do tipo maior lance ou oferta, ou seja, arremata o bem aquele licitante que oferecer o maior valor.

Do total de 84 lotes do leilão, 72 foram veículos, alguns em bom estado de conservação, como o Volkswagen modelo Tiguan 2.0 TSI (Lote 10/Parte III), avaliado em R\$ 12 mil. Entre os valores mais acessíveis do certame estavam lotes compostos por materiais de escritório com lance mínimo a partir de R\$ 400.

Antes do leilão, os lotes ficaram à disposição para visita dos interessados, mediante agendamento prévio, como forma de evitar aglomerações de pessoas. Os bens públicos do certame também foram publicados no site do leilão, com fotos, descrição, valor do lance mínimo e os lances ofertados. O leilão realizado pela internet facilita a participação de interessados. Um número maior de licitantes pode ser vantajoso para o Estado por propiciar uma disputa maior pelos lotes, aumentando o preço final do arremate.

Os licitantes vencedores realizam pagamento dos bens arrematados à vista, por transferência ou depósito bancário, conforme orientações do leiloeiro. Os arrematantes também pagam, ao leiloeiro, a comissão de 5% sobre o valor da arrematação. A não quitação do valor integral do bem arrematado implica no cancelamento da arrematação. Os bens objeto deste leilão são isentos de ICMS, de acordo com a Instrução Normativa número 021, da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA). Toda arrecadação do leilão é depositada na conta única do Tesouro do Estado.

Fonte: Ascom/Saeb

Veículo: Política Livre	
Data: 03.03.2021	Caderno: Economia



03 de março de 2021 | 07:11

Bahia recebe nova remessa de vacinas contra Covid-19

BAHIA

Mais 165.600 doses de vacinas contra o coronavírus chegaram à Bahia na madrugada desta quarta-feira (3). O lote recebido hoje foi produzido pelo Butantan. Esta é a sexta remessa de vacinas que a Bahia recebe. Com a carga desta quarta-feira (3), o estado totaliza 1.111.200 doses recebidas, entre CoronaVac e Oxford, desde o dia 18 de janeiro, quando chegou a primeira remessa.

O Grupamento Aéreo da Polícia Militar, após a organização das doses feita pela equipe da coordenação de imunização do estado, já começou a fazer a distribuição das vacinas para as centrais regionais no interior da Bahia, de onde serão encaminhadas para os municípios. A nova remessa dará possibilidade de continuidade à primeira fase do plano de vacinação, que inclui idosos e trabalhadores de saúde.

Com 470.783 vacinados contra o coronavírus (Covid-19), dos quais 124.470 receberam também a segunda dose, até as 15 horas desta terça, a Bahia é um dos estados do País com o maior número de imunizados. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) realiza o contato diário com as equipes de cada município a fim de aferir o quantitativo de doses aplicadas e disponibiliza as informações detalhadas no [painel](#).

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 03/03/21	



GOVERNO VAI RETOMAR REDUÇÃO DE SALÁRIOS, DIZ GUEDES



admin 3 Março, 2021

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo vai retomar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM), motivado pela pandemia de Covid-19 e que autoriza empresários a reduzir salários e carga horária e até a suspender contratos de trabalho. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, mostram que 9.849.115 de empregados formais tiveram redução de jornada e salário ou suspensão do contrato de trabalho durante os oito meses em que o programa vigorou no ano passado.

“Conseguimos não só não perder nenhum emprego, como gerar 140 mil novos empregos. Vamos renovar esse programa”, afirmou Guedes em entrevista à rádio Jovem Pan. Segundo o ministro, o programa foi um dos mais bem-sucedidos do enfrentamento à pandemia e evitou a demissão de milhões de trabalhadores. A retomada do programa é uma reivindicação de representantes de segmentos empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria.

O ministro não informou datas para a nova rodada do programa e nem disse qual será o impacto financeiro para a União. Quando foi anunciado pela primeira vez, o programa tinha custo estimado de R\$ 51 bilhões e duração de três meses – que se transformaram em nove meses após duas prorrogações. Segundo o Ministério da Economia, o programa de manutenção do emprego ajudou a evitar a perda de vagas em 2020 e, com isso, contribuiu para o resultado do emprego formal nos últimos meses do ano — o país gerou 142.690 empregos com carteira assinada em 2020.

A estimativa do governo era preservar 10 milhões de empregos com o BEM. As empresas puderam aderir ao programa até 31 de dezembro. O número de empregadores que aderiram ao programa foi de 1.464.517 — 53,9% das empresas tinham faturamento abaixo de R\$ 4,8 milhões; e 43,4%, acima de 4,8 milhões.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 03/03/21	



COM RECESSÕES E PANDEMIA, PIB DO BRASIL TEM PIOR DÉCADA EM 120 ANOS



admin 3 Março, 2021

A dimensão exata do tombo da economia em 2020 será conhecida nesta quarta-feira (3) com a divulgação dos dados oficiais do Produto Interno Bruto (PIB) – mas já se sabe que o desempenho do Brasil na década foi o pior já registrado em 120 anos. Considerando a expectativa de tombo da ordem de 4% no ano passado, o Brasil fechou o período entre 2011 e 2020 com um crescimento médio anual de apenas 0,3%, segundo cálculos do economista Claudio Considera, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Até então, a pior década econômica tinha sido a observada nos anos 1980, período chamado de “década perdida”, quando o PIB brasileiro avançou em média 1,6% ao ano no período. Segundo o pesquisador, a taxa média de crescimento de apenas 0,3% ao ano pode ser interpretada como uma “estagnação”. “Para igualar com a década de 80, o PIB teria que crescer 10% em 2020. Mesmo se crescesse em 2020 o que estava projetado pelo mercado [cerca de 2%, antes da

decretação da pandemia], o PIB médio entre 2011 e 2020 cresceria 0,9%. Ou seja, essa década foi um desastre em qualquer situação, muito pior do que a dos anos 80”, explica o economista.

O levantamento do Ibre utiliza como base a série histórica do PIB apurada pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea) e pelo IBGE, e as projeções do Monitor do PIB da FGV, que tenta antecipar o resultado oficial do desempenho da economia brasileira.

PIB de 2020 deve ter sido o pior em 30 anos

Os números oficiais de 2020 do PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, serão divulgados pelo IBGE a partir das 9h. Pela projeção do Monitor do PIB da FGV, a retração da economia em 2020 foi de 4%. Pela leitura do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central, que é considerado uma “prévia” do PIB, o tombo foi de 4,05%. Confirmada as expectativas, será a maior contração anual desde o início da série histórica do IBGE, que começou em 1996, superando o tombo de 3,5% registrado em 2015, o maior até então. Considerando a série anterior, iniciada em 1948, o resultado de 2020 deve ser o pior em 30 anos. Os maiores tombos já registrados no país anteriormente foram os de 1981 e 1990 – em ambos os anos, houve uma retração de 4,3% do PIB. “Na média da década, não vai alterar muito a taxa se o resultado do PIB de 2020 for alguns décimos a mais de 4% ou menos alguns décimos”, afirma Considera.

Pandemia chegou antes do país eliminar perdas da crise de 2015-2016

A nova década perdida é explicada pelo choque trazido pelo coronavírus, mas também pela crise dos anos 2015 e 2016, durante os governos de Dilma Roussef e Michel Temer. Foram 11 trimestres seguidos de recessão no meio da década e, depois, uma recessão histórica no 1º semestre de 2020. Considera destaca que o Brasil ainda tentava se reerguer das perdas de uma das recessões mais profundas que o país já passou quando a pandemia chegou, interrompendo uma sequência de 3 anos de uma recuperação que já vinha em ritmo lento.

“A recuperação vinha lenta, estávamos crescendo pouco, em torno de 1,5% ao ano. Daí veio a pandemia, que jogou a economia no buraco de vez”, afirma Considera. “A década foi muito instável, teve alguns números positivos e vários números negativos. Foi uma década de estagnação”. A fraqueza da década e o desempenho da economia abaixo do observado na década de 80 já estava no radar dos economistas desde 2019 mas, até a chegada da pandemia, não se imaginava um resultado no período entre 2011 e 2020 tão próximo da estagnação.

De acordo com o levantamento da FGV, no acumulado entre 2011 e 2019, o crescimento médio do PIB estava em 0,7%. De qualquer forma, o resultado da década ainda foi um pouco menos drástico do que o imaginado até meados do ano passado, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) chegou a estimar um tombo de até 9,1% no PIB brasileiro. Se esse cenário se confirmasse, o Brasil poderia ter fechado a década com uma retração média anual de 0,3% entre 2011 e 2020, como mostrou o G1 em reportagem em junho do ano passado.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 02/03/21	



PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL CRESCER 5,4% EM JANEIRO



admin 2 Março, 2021

Novo relatório da Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulgado nesta terça-feira (2) mostrou que a produção brasileira de petróleo cresceu 5,4% entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021.

No primeiro mês deste ano, o país registrou uma extração média de 2,8 milhões de barris de petróleo por dia.

Já a produção de gás natural ficou 7,4% superior na comparação com o resultado de dezembro de 2020, totalizando 136 milhões de metros cúbicos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/03/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 03 de Março de 2021 - 09:20

PIB do Brasil cai 4,1% em 2020, e recuperação desacelera para 3,2% no último trimestre

por Eduardo Cucolo e Fábio Pupo | Folhapress



A economia brasileira registrou em 2020 contração recorde de 4,1%, resultado do impacto econômico gerado pela pandemia do novo coronavírus, segundo dados do PIB (Produto Interno Bruto) divulgados nesta quarta-feira (3) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esse é o maior recuo da série histórica com a metodologia atual, que começa em 1996, superando a retração de 3,5% registrada em 2015. Nas séries anteriores, elaboradas pelo IBGE e pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) desde 1901, a maior queda havia sido em 1990 (-4,35%).

O instituto informou ainda que a recuperação do PIB que havia sido registrada no terceiro trimestre do ano passado perdeu força nos três últimos meses do ano.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam queda de 4,2% no acumulado do ano e crescimento de 2,8% no trimestre, na comparação com o trimestre anterior (-1,6% na comparação com o mesmo trimestre de 2019). O Ministério da Economia projetava queda de 4,5% para o ano de 2020.

Os economistas consultados pelo BC no boletim Focus chegaram a apontar contração de quase 7% durante o ano, mas as expectativas se tornaram menos negativas após o Congresso Nacional aprovar o auxílio emergencial e outras medidas de estímulo, que alcançaram patamares equivalentes aos gastos de países desenvolvidos.

A redução dos juros para o menor patamar da história recente, o cenário internacional com vários países adotando estímulos e a recuperação nos preços de produtos básicos exportados pelo Brasil também contribuíram para amenizar a queda do PIB.

Dados econômicos já divulgados apontam para um PIB ligeiramente negativo ou estável no primeiro trimestre de 2021 e um crescimento no ano ainda insuficiente para recuperar as perdas geradas pela pandemia. Os resultados dependem, principalmente, da evolução da doença e do ritmo de vacinação.

Os números do IBGE mostram que o setor mais afetado pela crise são os serviços, que respondem por cerca de dois terços do PIB, principalmente aqueles que dependem do movimento de pessoas, como os segmentos de alimentação e alojamento. O comércio e a indústria já tinham voltado ao patamar pré-crise.

O consumo das famílias, apesar da queda, se beneficiou no segundo semestre do ano do aumento do crédito às pessoas físicas, dos programas de apoio do governo e das taxas de juros baixas.

CÁLCULO DO PIB

Produtos, serviços, aluguéis, serviços públicos, impostos e até contrabando. Esses são alguns dos componentes do PIB (Produto Interno Bruto), calculado pelo IBGE, de acordo com padrões internacionais, com objetivo de medir a produção de bens e serviços no país em determinado período.

Ele mostra quem produz, quem consome e a renda gerada a partir dessa produção. O crescimento do PIB (descontada a inflação) é usualmente chamado de crescimento econômico. O PIB trimestral é apresentado pela ótica da oferta (o que é produzido) e da demanda (como esses produtos são consumidos).

O PIB trimestral é divulgado cerca de 60 dias após o fim do período. O resultado do 4º trimestre traz um dado preliminar do ano fechado. O PIB anual definitivo é apresentado quase 24 meses após o fim do ano (o dado definitivo de 2020 será conhecido em novembro de 2022) e traz também a ótica da renda (soma das remunerações do trabalho e capital, que mostram como cada parte se apropriou da riqueza gerada).

RECESSÃO

Em junho do ano passado, o Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), órgão ligado ao FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) e formado por oito economistas de diversas instituições, definiu que o Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, encerrando um ciclo de fraco crescimento de três anos (2017-2019).

A expectativa é que a recessão atual seja curta, mas com intensidade recorde, considerando dados dos últimos 40 anos.

Não há uma definição oficial sobre o que caracteriza uma recessão. Embora alguns economistas utilizem a métrica de que esse é o período marcado por dois trimestres seguidos de queda na atividade, o Codace considera uma análise mais ampla de dados. Para o comitê, o declínio na atividade econômica de forma disseminada entre diferentes setores econômicos é denominado recessão.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 02/03/2021	Caderno: Notícias



Terça, 02 de Março de 2021 - 21:40

Produção de petróleo cresce 5,4% de dezembro para janeiro, diz ANP

A produção brasileira de petróleo atingiu uma média diária de 2,87 milhões de barris em janeiro deste ano, segundo dados divulgados nesta terça-feira (2) pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O resultado ficou 5,4% acima da produção de dezembro de 2020.

Já a produção média diária de gás natural totalizou 136 milhões de metros cúbicos (m³), 7,4% acima do resultado de dezembro de 2020. Na comparação com janeiro de 2020, no entanto, houve quedas nas produções de petróleo (-9,3%) e de gás natural (-1,7%), de acordo com a Agência Brasil.

Considerando-se apenas o produto extraído da camada pré-sal, a produção chegou a 2,07 milhões de barris de petróleo e 88,3 milhões de m³ de gás natural, totalizando 2,63 milhões de barris de óleo equivalente (medida padrão que une barris de óleo e metros cúbicos de gás) por dia, 8,2% a mais que em dezembro, mas 2% a menos que em janeiro do ano passado.

Em janeiro deste ano, o aproveitamento de gás natural foi de 97,9 % do total retirado do subsolo. Apenas 2,9 milhões de m³/dia foram queimados (sem uso). Os campos operados pela Petrobras foram responsáveis por 93,3% do petróleo e do gás natural produzidos no Brasil.

Veículo: G1	
Data: 03/03/2021	



PIB do Brasil despenca 4,1% em 2020

Foi o maior tombo desde o início da série histórica atual do IBGE, iniciada em 1996. PIB per capita também teve queda recorde de 4,8%. Apenas a agropecuária cresceu; indústria recuou 3,5% e serviços, 4,5%. Ritmo de recuperação desacelerou no 4º trimestre e economia encerrou o ano no mesmo patamar do início de 2019.

Por Darlan Alvarenga e Daniel Silveira, G1

03/03/2021 09h00 Atualizado em 13 horas



Setor de serviços foi o mais impactado em 2020 pelas medidas restritivas. — Foto: Marcelo Brandt/G1

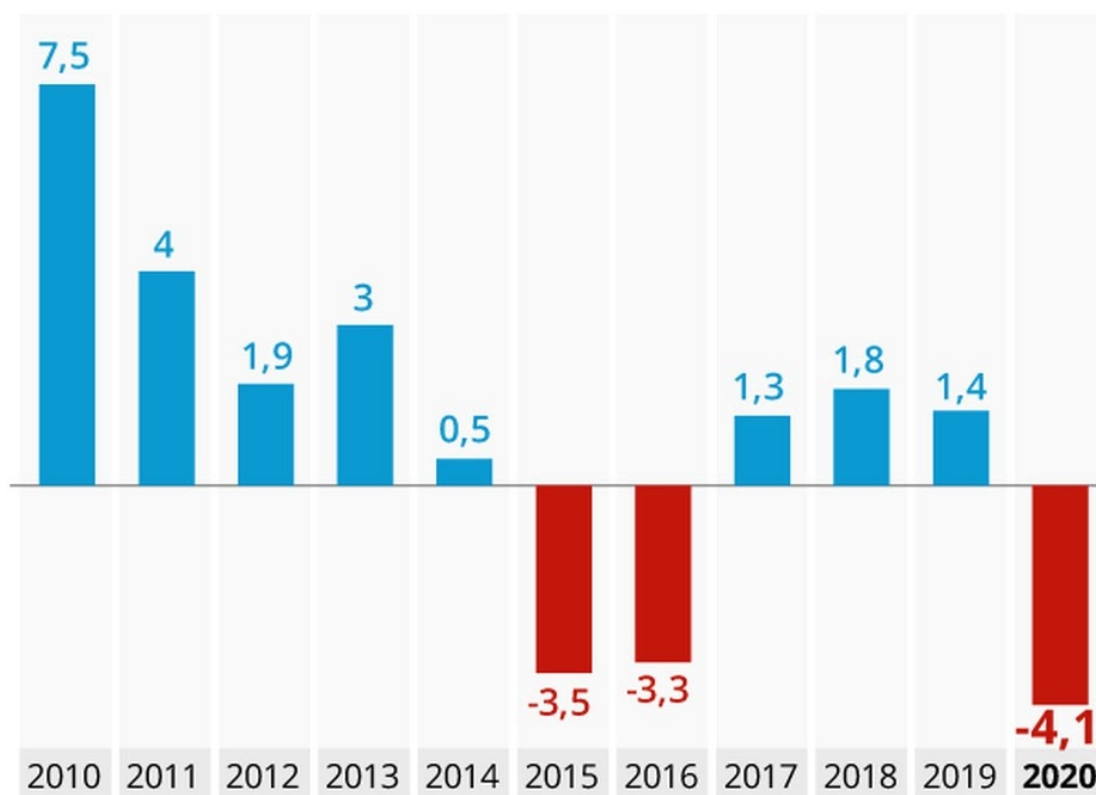
O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil tombou 4,1% em 2020, segundo divulgou nesta quarta-feira (3) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **em linha com as expectativas**, com a atividade econômica registrando a maior contração desde o início da série histórica atual do IBGE, iniciada em 1996.

"É o maior recuo anual da série iniciada em 1996. Essa queda interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%", informou o IBGE.

Em valores correntes, o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) chegou a R\$ 7,4 trilhões. Já o PIB per capita (por habitante) em 2020 foi de R\$ 35.172, com queda de 4,8% – a maior já registrada em 25 anos.

Evolução do PIB

Ano a ano, em %



Fonte: FGV e IBGE



Infográfico elaborado em: 03/03/2021

PIB ano a ano — Foto: Anderson Cattai/G1

Considerando série histórica anterior, iniciada em 1948, o tombo de 4,1% em 2020 foi o maior em 30 anos. As maiores retrações já registradas no país ocorreram em 1981 e 1990, quando houve queda de 4,3% do PIB em ambos os anos.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

- **PIB do Brasil tem pior década em 120 anos**

Evolução do PIB desde 1948 — Foto: Anderson Cattai/G1

Principais destaques do PIB em 2020:

- Serviços: -4,5%
- Indústria: -3,5%
- Agropecuária: 2%
- Consumo das famílias: -5,5%
- Consumo do governo: -4,7%
- Investimentos: -0,8%
- Exportação: -1,8%
- Importação: -10%
- Construção civil: -7%

Entre os principais setores **houve alta somente na Agropecuária (2%)**, enquanto que a Indústria (-3,5%) e os Serviços (-4,5%) tiveram queda. Do lado da demanda, o consumo das famílias despencou 5,5% e os investimentos encolheram 0,8%.

“O resultado é efeito da pandemia de Covid-19, quando diversas atividades econômicas foram parcial ou totalmente paralisadas para controle da disseminação do vírus. Mesmo quando começou a flexibilização do distanciamento social, muitas pessoas permaneceram receosas de consumir, principalmente os serviços que podem provocar aglomeração”, avaliou a coordenadora de Contas Nacionais, Rebeca Palis.



PIB do Brasil despenca 4,1% em 2020; Miriam Leitão comenta **Economia ainda se encontra no mesmo patamar do início de 2019**

O encolhimento do PIB em 2020 interrompeu uma sequência de 3 anos de crescimento tímido da economia e ocorreu antes do país ter conseguido se recuperar das perdas da recessão anterior, dos anos 2015-2016.

Embora tenha registrado dois trimestres seguidos de alta, o país encerrou 2020 com a economia 1,2% do patamar que se encontrava no 4º trimestre de 2019.

De acordo com o IBGE, a economia brasileira encerrou 2020 em um patamar semelhante ao que se encontrava entre o final de 2018 e início de 2019, 4,4% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no 1º trimestre de 2014.

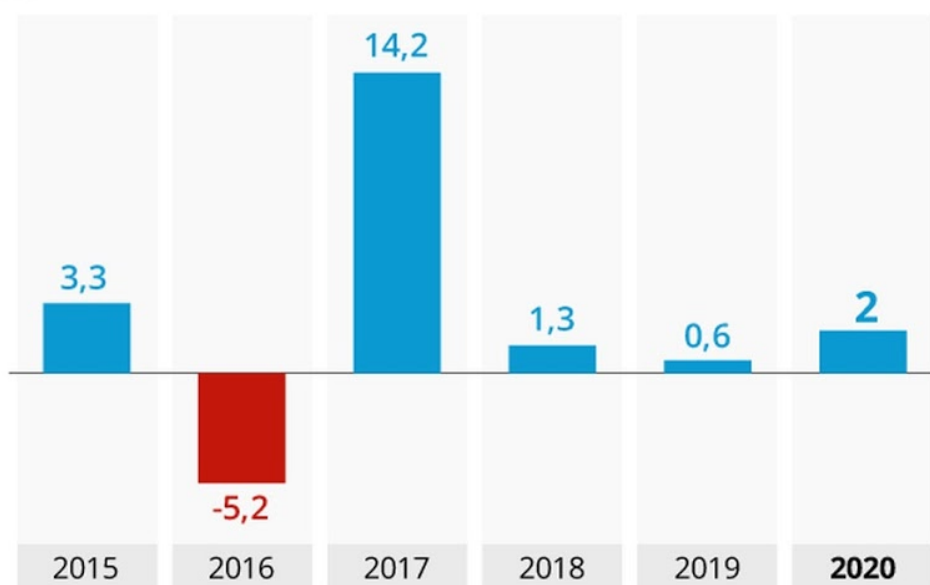
“A gente não voltou ao patamar pré-pandemia. Mas, ao mesmo tempo, na comparação com o pior momento da pandemia, que foi no segundo trimestre de 2020, nós recuperamos 10,4%”, afirmou Rebeca Palis.

Análise do PIB - Ótica da oferta

Em %, frente ao ano anterior



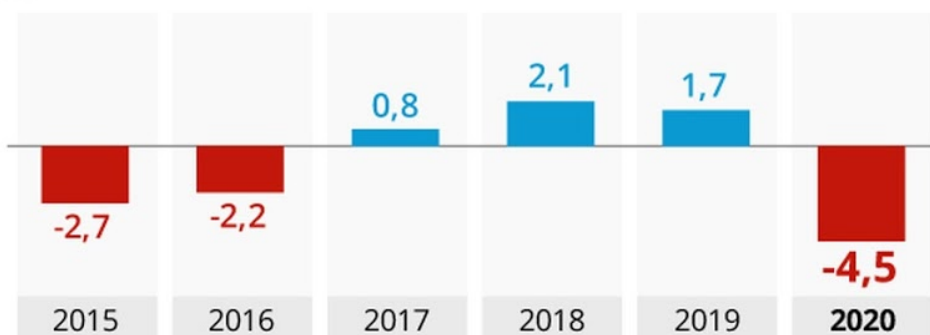
Agronegócio



Indústria



Serviços



Fonte: IBGE

PIB nos setores de agro, indústria e serviços ano a ano — Foto: Anderson Cattai/G1

Serviços foi setor mais prejudicado

O setor de serviços, que representa cerca de 70% do PIB, foi o mais afetado pela pandemia e pelas medidas restritivas. Entre os subcomponentes, o maior tombo foi em "outras atividades de serviços" (-12,1%), categoria que inclui restaurantes, academias, hotéis.

“Os serviços prestados às famílias foram os mais afetados negativamente pelas restrições de funcionamento. A segunda maior queda ocorreu nos transportes, armazenagem e correio (-9,2%), principalmente o transporte de passageiros, atividade econômica também muito afetada pela pandemia”, destacou Rebeca.

As únicas categorias em serviços que cresceram em 2020 foram as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,0%) e as atividades imobiliárias (2,5%).

Na indústria, o pior desempenho foi o da construção civil (-7%), que voltou a cair depois da alta de 1,5% em 2019. Também apresentaram queda as indústrias de transformação (-4,3%), e de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-0,4%).

Segundo o IBGE, os principais destaques negativos, que pressionaram a queda da indústria em geral, partiram da produção automotiva, de outros equipamentos de transporte, da metalurgia, de máquinas e equipamentos e de artigos de vestuário. Por outro lado, as indústrias extrativas avançaram 1,3%, devido à alta na produção de petróleo e gás que compensou a queda da extração de minério de ferro.

- Crise foi desigual e dividiu 'vencedores' e 'perdedores' durante a pandemia
- Agropecuária foi o único setor que cresceu no PIB de 2020; entenda

Consumo das famílias tem pior desempenho em 25 anos

O consumo das famílias fechou o ano com a variação negativa mais intensa (-5,5%) de toda a série atual do PIB, iniciada em 1996. Antes, o pior resultado deste componente havia sido registrado em 2016, quando recuou 3,8%.

Segundo o IBGE, o tombo foi pressionado principalmente pelas medidas de distanciamento social e pelos efeitos negativos da pandemia sobre o mercado de trabalho e sobre os serviços prestados às famílias.

Por outro lado, os programas de apoio do governo às empresas e às famílias ajudaram a segurar o tombo no consumo das famílias.

“Obviamente [o consumo das famílias] seria pior se não fossem esses auxílios oferecidos pelo governo, mas não é possível calcularmos qual foi o impacto deles, até porque não temos como saber qual valor foi revertido em consumo”, explicou Palis.

A queda no consumo do governo também foi recorde (-4,7%), e pode ser ilustrada pelo fechamento de escolas, universidades, museus e parques ao longo do ano.

Os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) caíram 0,8%, interrompendo uma sequência de dois anos positivos, e a queda em 2020 só não foi maior, segundo o IBGE, porque foram beneficiados pelo Repetro, que terminou em dezembro e autorizou as empresas da indústria extrativa a incluírem em seus ativos como bens de capital o que antes era exportação.

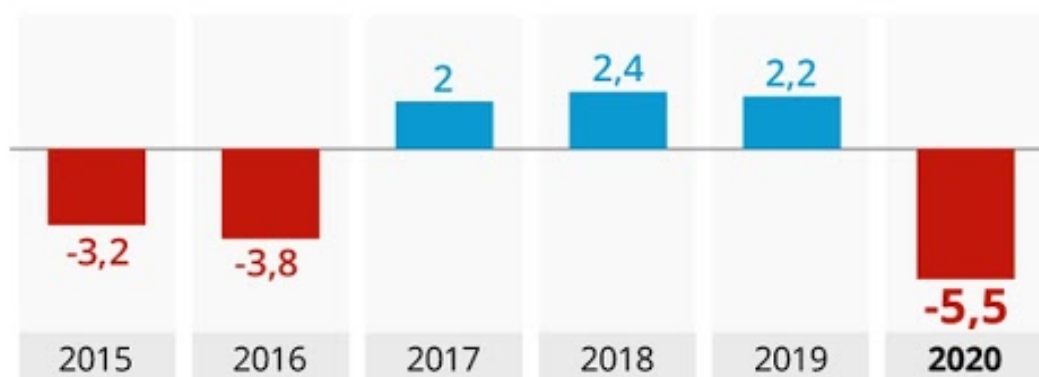
A taxa de investimento em 2020 foi de 16,4% do PIB, acima do observado em 2019 (15,4%), mas ainda longe do pico de 2013, quando chegou a superar 21%. Já a taxa de poupança foi de 15% ante 12,5% em 2019.

Análise do PIB - Ótica da demanda

Em %, frente ao ano anterior



Consumo das famílias



Gastos do governo



Investimentos



PIB pela ótica da demanda ano a ano — Foto: Anderson Cattai/G1

Exceções de crescimento em 2020

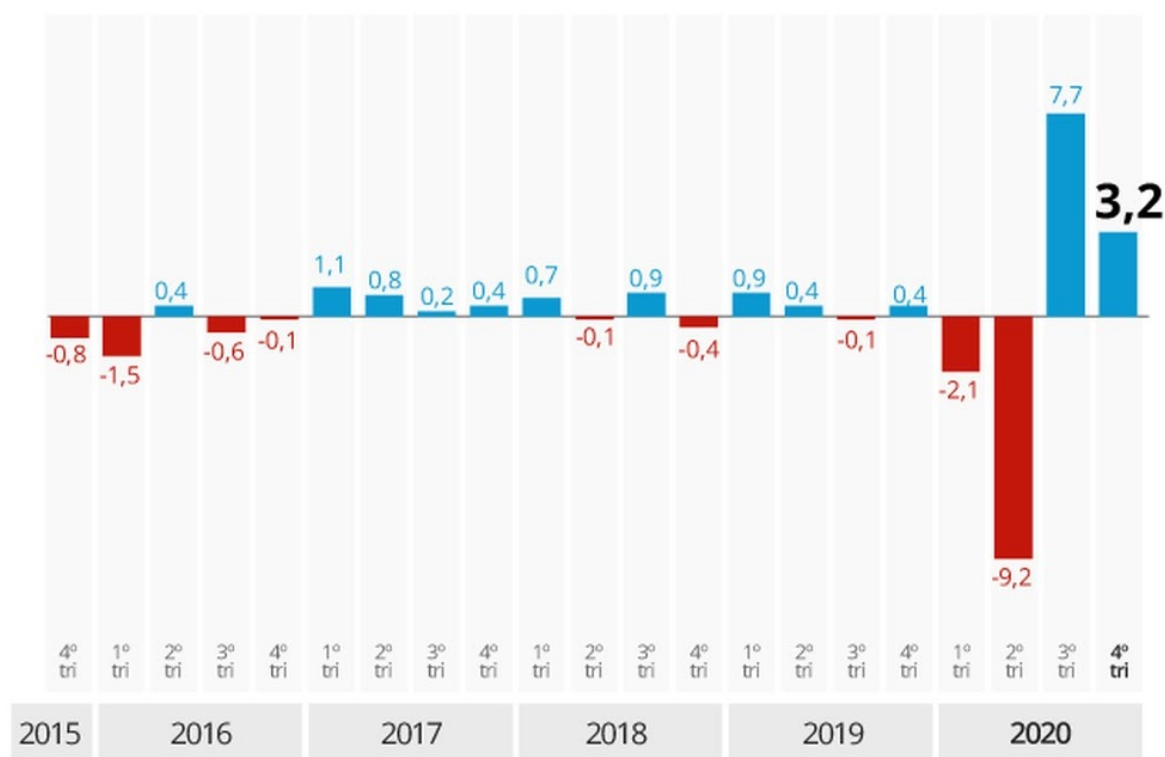
A gerente de Contas Nacionais do IBGE destacou que, apesar do tombo de 4,1% no PIB de 2020, quatro atividades tiveram resultado positivo no ano. Somadas, estas quatro atividades representam $\frac{1}{4}$ da economia brasileira. São elas:

- Atividades financeiras: 4,0%
- Atividades imobiliárias: 2,5%
- Agropecuária: 2,0%
- Indústria extrativa: 1,3%

“Com isso, nós podemos dizer que um quarto da economia brasileira teve desempenho positivo em 2020”, destacou Palis.

Variação trimestral do PIB brasileiro

Em %, trimestre contra trimestre imediatamente anterior



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 03/03/2021

Variação do PIB trimestre a trimestre — Foto: Anderson Cattai/G1

Recuperação perdeu ritmo no 4º trimestre

No quarto trimestre de 2020, o PIB avançou 3,2% na comparação com o terceiro trimestre do ano passado (7,7%), depois dos recuos de 2,1% no primeiro trimestre e do tombo recorde de 9,2% no segundo trimestre.

Apesar da desaceleração do ritmo de recuperação, foi a segunda alta trimestral seguida nessa comparação. O resultado também ficou acima do esperado em pesquisa da Reuters com economistas (+2,8%).

Na passagem do terceiro para o 4º trimestre a indústria e os serviços apresentaram avanço de 1,9% e 2,7%, respectivamente, enquanto a agropecuária recuou 0,5%. Pela ótica da despesa, o consumo das Famílias e o consumo do governo cresceram 3,4% e 1,1%, respectivamente, enquanto que os investimentos avançaram 20%. Na comparação com os 3 últimos meses de 2019, o PIB teve queda de 1,1% no 4º trimestre.

"Essa desaceleração é esperada porque crescemos sobre uma base muito alta, no terceiro trimestre, após um recuo muito profundo no auge da pandemia", explicou Rebeca Palis.

O IBGE revisou o resultado do PIB dos dois primeiros trimestres do ano. No primeiro, em comparação ao 4º trimestre de 2019, a queda foi de 2,1%, mais intensa que a divulgada anteriormente (-1,5%). Já no 2º trimestre, o tombo foi de 9,2% em relação ao primeiro, e não de 9,6% como divulgado antes.



Saiba por que as previsões do PIB flutuaram tanto em 2020

Perspectivas e incertezas

Economistas têm alertado para a perda do ritmo da atividade econômica com o fim dos programas de auxílio sem substitutos definidos e o aumento das incertezas em meio à situação ainda grave da pandemia, uma inflação "mais salgada", desemprego elevado e persistentes preocupações com a trajetória do endividamento público – o chamado **risco fiscal**.

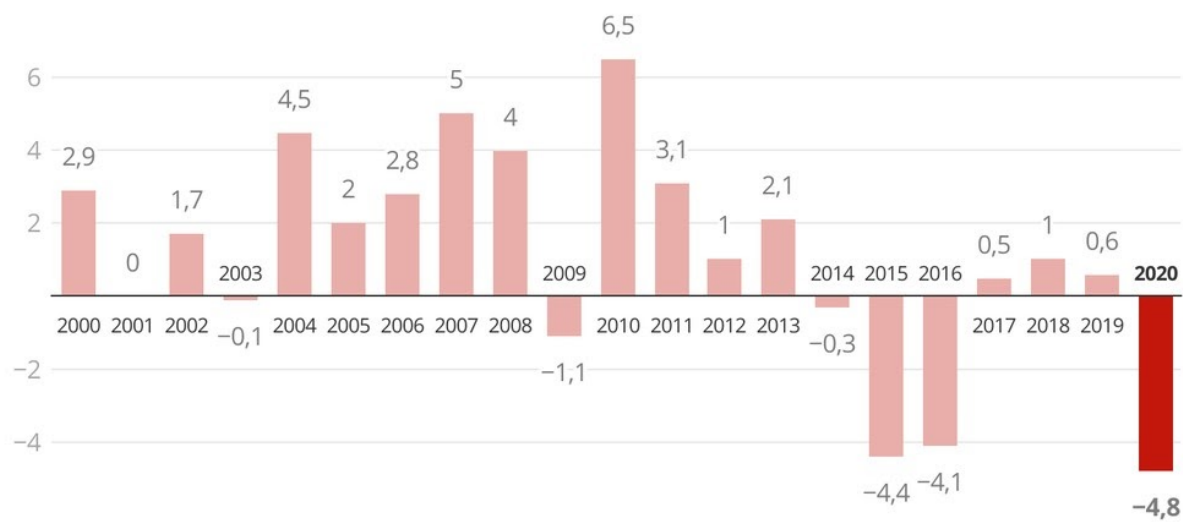
Analistas ouvidos pelo G1 avaliam que uma retomada em 2021 continua dependendo da vacinação em massa da população e do controle da pandemia, que já que já deixou **mais de 257 mil mortos** no Brasil e atingiu nos últimos dias o seu pior momento no país.

A média das projeções do mercado para o crescimento da economia brasileira em 2021 está atualmente em 3,29%, segundo a **última pesquisa Focus do Banco Central**. Os economistas já trabalham, porém, com a expectativa de retração no 1º trimestre e parte do mercado não descarta o risco de uma queda do PIB também no 2º trimestre, o que configuraria uma nova recessão técnica.

- **Economia pode registrar retração no 1º trimestre admitem assessores presidenciais**

Variação anual do PIB per capita

Em %



Fonte: IBGE

Veículo: G1	
Data: 02/03/2021	



Preço do diesel deve recuar 9% com tributo zerado; gás de cozinha pode ficar 5% mais barato

Na segunda-feira (1º), o presidente Jair Bolsonaro editou um decreto no qual zerou as alíquotas de PIS e Cofins que incidem sobre óleo diesel e gás de cozinha. Valor do litro do combustível deve diminuir R\$ 0,35, segundo cálculo do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Por G1

02/03/2021 19h28 Atualizado há 2 horas

A redução dos tributos federais fará com que o litro do diesel fique 9% mais barato e o preço do gás de cozinha diminua 5%, segundo cálculos realizados pelo Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

De acordo com as projeções da entidade, considerando o valor do diesel apurado pela Agência Nacional do Petróleo (**ANP**) entre 14 e 20 de fevereiro, o preço do litro do combustível deve diminuir de R\$ 3,881 para R\$ 3,523, uma redução de R\$ 0,3586.

Já o preço médio do gás de cozinha (botijão de 13 kg) deve recuar de R\$ 79,820/13 kg para R\$ 75,666/13kg, uma queda de R\$ 4,156 por litro. Na segunda-feira (1º), o presidente Jair Bolsonaro editou um decreto **no qual zerou as alíquotas de PIS e Cofins que incidem sobre óleo diesel e gás de cozinha**. A promessa de reduzir os tributos foi feita em 18 de fevereiro durante uma **transmissão ao vivo em uma rede social**.



Governo zera impostos que incidem sobre óleo diesel e gás de cozinha; Ana Flor comenta

Em nota, o economista Gesner Oliveira, sócio da consultoria GO Associados, destacou que a redução no preço do diesel pode não surtir o efeito esperado se a política econômica do governo não passar um mensagem de compromisso com o ajuste fiscal.

"Os combustíveis dependem do preço do petróleo que está subindo pela retomada mundial e do dólar. Este, por sua vez, responde

também às incertezas internas criadas pela política fiscal incerta e ensaio de interferência de Bolsonaro. Apenas na última semana o dólar passou de R\$ 5,40 para R\$ 5,67, o suficiente para desfazer uma parcela do efeito da isenção de impostos", escreveu Oliveira.

Para compensar a redução dos tributos federais de PIS e Cofins que incidem sobre óleo diesel e gás de cozinha, o governo aumentou a cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras.

- **Alta de tributo para bancos pode encarecer empréstimos, diz Febraban**

A equipe econômica ainda alterou as regras de IPI para a compra de veículos por pessoas com deficiência e encerrou o Regime Especial da Indústria Química (REIQ), também com o objetivo de recompor a perda de receita.

BERNARDO MELLO FRANCO



oglobo.com.br/bernardo
@bernardomf
bmf1@oglobo.com.br



O levante dos governadores

De depois de atirar contra o Congresso, o Judiciário e a imprensa, Jair Bolsonaro voltou a culpar os governadores pelo descontrole da pandemia. No domingo, o presidente atirou sua matilha virtual com números distorcidos. O ministro Fábio Faria completou o serviço. Tuitou que os estados tiveram “tempo e dinheiro sobrando” para conter a tragédia.

As contas do capitão estavam turbinadas. Ele somou repasses obrigatórios, verbas do Fundeb e até royalties do petróleo destinados aos estados. Num dos truques de ilusionismo, Bolsonaro disse aos eleitores que o Espírito Santo recebeu R\$ 16,1 bilhões de Brasília. Os repasses extraordinários não passaram de 10% disso, esclareceu o governador Renato Casagrande.

Além de não entregar as vacinas prometidas, a União deixou de financiar cerca de nove mil leitos de UTI desde dezembro, segundo os secretários de Saúde. O dinheiro sumiu no momento em que os hospitais voltaram a lotar. No fim de semana, a ministra Rosa Weber ordenou a liberação dos repasses a três estados. Ainda é pouco para desarmar a sabotagem em escala nacional.

A provocação de Bolsonaro é tosca, mas aumentou a pressão sobre os governadores. Ontem dois deles se deixaram envolver num bate-boca rasteiro. Ibaneis Rocha, do Distrito Federal, acusou Ronaldo Caiado, de Goiás, de ter “problemas psiquiátricos”. Ouviu de volta que “só pensa em negociatas”. Ambos são aliados do Planalto.

A estratégia de dividir para conquistar ajudou Bolsonaro a vestir a faixa. Ao exagerar na dose, ele arrisca enfrentar um levante inédito. Diante de uma oposição inerte, os governadores começaram a ensaiar uma união para enquadrar o Planalto.

Na segunda, 19 deles acusaram o presidente de fabricar “informação distorcida” para “atacar governos locais”. Entre os signatários da carta, estão três bolsonaristas. O texto foi redigido pelo gaúcho Eduardo Leite, que votou no capitão e agora diz que ele “despreza a sua gente”.

Reforma eleitoral pode gerar retrocessos, dizem analistas

Cientistas políticos avaliam que restrições à atuação do TSE e flexibilização da Ficha Limpa e da cláusula de barreira podem piorar sistema brasileiro

DIMITRIUS DANTAS
dimitrius.dantas@sp.globo.com.br
SÃO PAULO

Incentivada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a nova reforma eleitoral tem pontos que podem provocar retrocesso na legislação, segundo analistas ouvidos pelo GLOBO. Cientistas políticos acreditam que o projeto busca tirar protagonismo do Judiciário na definição de regras eleitorais e está inserido no contexto de medidas para proteger parlamentares, como a PEC da Imunidade.

Anteontem, Lira e a deputada Margarete Coelho (PP-PI), relatora do grupo de trabalho que prepara o texto da nova reforma eleitoral, reuniram-se com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Luís Roberto Barroso. Ao GLOBO, Lira disse que a conversa foi sobre a necessidade de ouvir diferentes grupos para a formulação da reforma.

Para a cientista política Maria do Socorro Braga, professora da Universidade Federal de São Carlos, um dos principais pontos é a proposta de proibir que o TSE edite normas que não tenham sido expressamente aprovadas pelo Congresso anteriormente — um exemplo de 2020 citado é a cota para candidatos negros. Deputados avaliam que a Corte cria regras demais sobre eleição e planejam, na reforma, disciplinar em que assuntos o tribunal pode atuar.

— Com a Câmara e o Senado alinhados ao presidente (Jair Bolsona-

ro), me parece que o Poder Legislativo quer assumir maior protagonismo. Essas lideranças apoiam o presidente e têm total interesse de manter o controle das regras que vão pautar as eleições do ano que vem — disse.

Segundo Maria do Socorro, o Judiciário tem adotado uma postura ativa na área eleitoral desde a década de 1990. Nas últimas eleições, por exemplo, o ministro Ricardo Lewandowski determinou que os partidos cumprissem cotas de candidaturas negras.

BLINDAGEM DE PARLAMENTARES

A cientista política chama a atenção ainda para a discussão sobre inelegibilidade. Uma flexibilização da Lei da Ficha Limpa, que constava da PEC da Imunidade, será adotada pelo grupo de trabalho que trata da reforma eleitoral. Uma primeira versão da proposta previa que um candidato seria inelegível após condenação em duplo grau de jurisdição, mais leve do que diz a Lei da Ficha Limpa, que exige condenação por órgão colegiado — o primeiro julgamento de prefeitos e governadores já é numa instância do tipo, os Tribunais de Justiça.

— É um movimento que é coerente com o processo que está se fazendo no Congresso de reverter uma série de conquistas de combate à corrupção nos últimos anos — afirmou o cientista político Carlos Melo, do Insper.

Para Melo, outros pontos que serão discutidos pelo grupo de trabalho são de difícil aprovação. Um deles é o

chamado distritão, que mudaria a forma como deputados e vereadores são eleitos. O Brasil utiliza o sistema proporcional para definir cargos no Legislativo: cada sigla tem direito a um número de vagas proporcional à votação de todos os seus candidatos.

Porém, alguns deputados defendem a adoção de um modelo em que são eleitos os candidatos mais votados em determinado distrito, independentemente do desempenho dos outros integrantes do partido. Na visão de cientistas políticos, essa medida praticamente inutiliza os partidos.

Outro ponto em pauta no grupo de trabalho e que recebe crítica de especialistas é o afrouxamento da cláusula de barreira, medida que exige um desempenho mínimo nas urnas para um partido ter acesso ao fundo eleitoral. O objetivo da regra em vigor é reduzir a fragmentação partidária, mas siglas nanicas se articulam para modificá-la.

Maria do Socorro também critica a ideia de mudar o calendário eleitoral para que todas as eleições ocorram no mesmo ano:

— Isso cria instabilidade no sistema, passa a imagem de imprevisibilidade.

Segundo Melo, embora ainda não declarado abertamente pelos deputados, outro ponto que pode entrar em pauta é o voto impresso. Ele destaca o momento inoportuno para os temas:

— Há questões mais importantes, como a vacina. Foi feita uma reforma há menos de cinco anos que ainda está sendo testada.



MÉDICA

Ação da Anvisa pode suspender terapia com cannabis

Agências reguladoras para exploração de produtos à base de maconha são descurtidas. globo.com.br/sociedade

CORRIDA PELA VACINA

Em vácuo deixado pelo governo federal, Legislativo e estados buscam garantir doses

BRUNO GÓES, PAULA FERREIRA, RENATA MARIÉ, PAULO CAPELLI, ANA LETÍCIA LEÃO, CLEIDE CARVALHO E GUSTAVO SCHMITT no estado de São Paulo com o Brasil e o mundo.

No pior dia da pandemia no Brasil, quando o país registrou o maior número de mortes em 24 horas em decorrência da Covid-19 (1.726), além do quarto dia consecutivo de recorde na média móvel de óbitos (1.274), Congresso e governadores anunciaram medidas para facilitar o acesso a vacinas, em um vácuo deixado pelo governo federal.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto que autoriza União, estados e municípios a assumirem responsabilidade por possíveis efeitos adversos de vacinas, pavimentando o caminho para a compra de doses das vacinas da Janssen e da Pfizer, esta já com registro aprovado pela Anvisa.

O governo federal negocia

com a Pfizer desde o ano passado, mas havia reclamado dessa cláusula contratual.

Já aprovado pelo Senado, o texto agora segue para sanção presidencial.

O projeto também permite a comercialização de doses pela iniciativa privada. Todas as vacinas adquiridas pela iniciativa privada deverão ser doadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto os grupos prioritários definidos pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) estiverem em processo de vacinação. Depois, as empresas deverão repensar para o SUS metade das doses compradas, e o restante poderá ser distribuído gratuitamente.

Os deputados também abriram nova brecha legal para que estados e municípios adquiram vacinas em caso de omissão do Ministério da Saúde. Na véspera, o presidente Jair Bolsonaro havia ve-

tado essa possibilidade, que estava prevista em uma Medida Provisória. O Supremo Tribunal Federal (STF) também já havia decidido que estados e municípios podem fazer a compra caso o governo não cumpra com as obrigações.

Os deputados também aprovaram ontem outra MP que libera R\$ 2,5 bilhões para a compra de vacinas. O texto, que agora vai ao Senado, tem o objetivo de custear os imunizantes do consórcio internacional Covax Facility.

Ainda ontem, o Senado aprovou MP que dá prazo de sete dias úteis para que a Anvisa conceda a aprovação temporária de vacinas contra a Covid-19. A previsão é para imunizantes que tenham recebido o aval de ao menos uma das 11 autoridades de saúde estrangeiras abrangidas pela medida. O texto segue para sanção de Bolsonaro, que, na véspera, havia vetado

trecho de outra MP que previa prazo de cinco dias para a Anvisa autorizar vacinas, pois agência reguladora alegou que o prazo seria "irreal". Atualmente, o prazo é de 30 dias para que a Anvisa avalie pedidos de registros feitos em regime de "submissão contínua".

GOVERNADORES NEGOCIAM

Diante do impasse de acesso a mais vacinas, os governadores analisam a possibilidade de aquisição de 50 milhões de doses da russa Sputnik V para os estados. Dessas, 20 milhões seriam custeadas pelo estado de São Paulo, mas, segundo o governador do Piauí e representante do Fórum de Governadores, Wellington Dias (PT), compartilhadas com as outras unidades da federação.

— Nós temos uma opção de compra da Sputnik. Com o Fundo Soberano da Rússia e a União Química, são mais ou menos 50 milhões de do-

ses o que tem sido sinalizado pelos dois, além dos 10 milhões que já tem de contrato com o MS — afirmou Dias.

Ele e outros dirigentes estaduais se reuniram com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na manhã de ontem, para tratar de medidas contra a Covid-19. Uma delas é o convencimento das bancadas estaduais para que destinem parte ou a totalidade de suas emendas para um "fundo" de combate à pandemia. Também ficou acertado que representações do Ministério da Saúde e de governadores participem de um grupo de trabalho junto aos congressistas, para monitorar a disponibilização de vacinas no país.

Em reunião virtual com mais de 600 prefeitos do estado de São Paulo ontem à tarde, o governador João Doria (PSDB) prometeu comprar outras 40 milhões de doses de vacinas até o fim do ano: meta-

de seria de doses da Pfizer e a outra metade, da Sputnik V. Ainda não há contrato assinado com nenhum dos laboratórios. Assim como São Paulo, outros governos estaduais, como do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e Paraná, estão contando com a possibilidade de adquirir novas imunizantes por conta própria, embora não tenham fechado qualquer acordo.

A União Química disse que trabalha para disponibilizar a Sputnik V para o PNI, com o apoio de estados e municípios. A Pfizer afirma que assinou acordo de confidencialidade com o Ministério da Saúde em julho de 2020 e que não pode comentar a negociação.

Em outro flanco, municípios também tentam garantir acesso a vacinas. A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) coordena um consórcio nacional para negociar a compra de imunizantes que tem adesão de cerca de 100 cidades. Para as prefeituras, a principal vantagem da compra em consórcio é o ganho de escala e a condição de negociar volumes e prazos.

Epidemiologista que participou das discussões da criação do PNI, Ethel Maciel afirma que a mobilização das governadoras acontece tardiamente, mas segue necessária:

— Vale a pena porque, ainda que não consiga comprar para amanhã, temos o ano inteiro. Se conseguir bons acordos para maio ou junho, ainda vai ser muito bom. Mesmo acontecendo com atraso, pode ser efetivo.

Já o advogado Paulo Almeida, diretor-executivo do Instituto Questão de Ciência, acredita que este não é o melhor caminho possível:

— Por mais que isso seja feito por alguns estados ou por um consórcio de estados ou municípios, como está sendo discutido, teremos uma pulverização, e muitos municípios pequenos vão ficar de fora.

Colaboraram Evelin Azevedo, Cíntia Cruz e Bruno Alfano



Em busca de doses. Governadores participaram de visita à fábrica de laboratório União Química, em Brasília. A farmacêutica é responsável, no Brasil, pela produção do imunizante russo Sputnik V



NA BOLSA

Caixa pede registro de IPO para unidade de seguros

Está a terceira tentativa de abrir o capital da Caixa Seguradora https://glo.bo/301d55

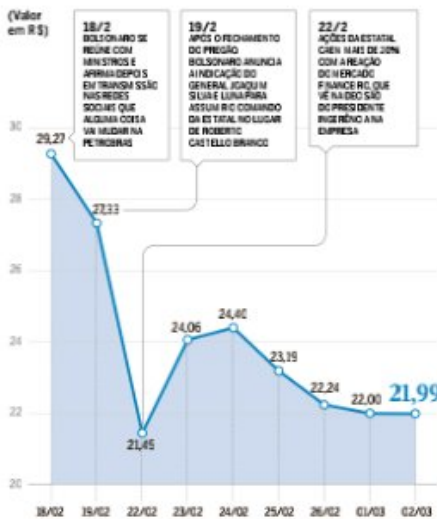
INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE

NA MIRA DA CVM

Comissão prepara investigação por uso de informação privilegiada com papéis da Petrobras

SINAIS DE INSIDER TRADING

As ações da Petrobras vieram subindo, mas com a troca no comando acabaram

MATEUS GASPAR
matg@valorpro.com.br

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prepara a abertura de uma investigação formal para apurar o uso de informações privilegiadas em transações com opções de venda de ações da Petrobras realizadas no final da tarde do dia 18 de fevereiro, uma quinta-feira, pouco antes da live em que o presidente Jair Bolsonaro anunciou que "alguma coisa" iria acontecer na petroleira.

As negociações, atípicas, representavam uma aposta na queda do valor de mercado da Petrobras. Ela podem ter rendido a quem as fez até R\$ 18 milhões, ou 11,125% de lucro — como antecipei ontem no blog da coluna Malu Gaspar, no site do GLOBO. A identidade de quem fez as operações é protegida por sigilo bancário. Mas informações obtidas pela coluna mostram que ambas foram realizadas por meio de uma mesma corretora, a Tullet Prebon.

Oficialmente, a CVM in-

forma apenas que "acompanha e analisa informações e movimentações envolvendo companhias abertas, tomando as medidas cabíveis, sempre que necessário". Mas, segundo fontes, técnicos da autarquia estão buscando informações tanto com a corretora que intermediou as operações como com a Bolsa de Valores, a B3, e com vistas a iniciar uma apuração formal.

Parlamentares do Cidadania e do PDT já requisitaram à autarquia a abertura de inquéritos administrativos, assim como associações que representam investidores.

— É importante conhecer a identidade desse gênio das finanças. Todos precisamos compartilhar tanto conhecimento — ironizou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que assinou o requerimento à CVM junto com a deputada Tabata Amaral (PDT).

Os deputados do PT Paulo Vieira (SP) e Elvino Bon Gass (RS) protocolam hoje representações no Ministério Público Federal e no Tribunal de Contas da União pedindo

que o caso seja investigado.

O uso de informação privilegiada (insider trading) é crime punido com pena de um a cinco anos de prisão e multa de até três vezes o valor conseguido de forma ilícita. Ele ocorre quando alguém que sabe de fatos desconhecidos dos outros investidores usa essas informações para ter lucro com papéis de uma determinada empresa.

No caso da Petrobras, a suspeita recaís sobre duas compras de opções de venda de ações da estatal, que começaram a ser realizadas 20 minutos depois do final de uma reunião do presidente Jair Bolsonaro com seis ministros no Palácio do Planalto. Na reunião, além dos generais Luiz Eduardo Ramos, responsável pela articulação política, Walter Braga Netto, da Casa Civil, e Augusto Heleno, da Segurança Institucional. O encontro começou

às 16h45m e terminou às 17h15m. Às 19h, em sua live, o presidente da República disse que havia discutido no encontro medidas de redução dos preços dos combustíveis.

Opções de ações são um tipo de investimento que dá a seu portador a garantia de que ele poderá vender ações de uma empresa a um agente de mercado por um determinado preço, na data do vencimento. Em geral, servem para proteger o investidor de oscilações bruscas no valor dos papéis, mas também podem ser usadas para apostar contra ou a favor de uma empresa. As operações do dia 18 de fevereiro foram feitas com uma opção cujo código na bolsa é PETR265.

JOGADA ARRISCADA

Quem comprou a PETR265 na quinta-feira, dia 18, teria a garantia de vender ações da Petrobras na segunda-feira, dia 22, a R\$ 26,50. Mas, naquela tarde, a ação estava cotada a R\$ 29,27. Só compraria a opção de venda, portanto, quem acreditasse

que o valor de mercado da estatal cairia pelo menos 8% na sexta-feira, para poder comprá-la mais barato e vender com lucro pelos R\$ 26,50 combinados.

Era uma jogada arriscada, já que faltava apenas um dia útil para o vencimento da opção, e por isso a PETR265 estava sendo vendida por 80% menos do que o preço do lançamento do papel, a R\$ 0,04. Pois quem a comprou ou tinha uma fé extraordinária na baixa — ou sabia de algo que os outros investidores não sabiam.

Vinte minutos depois que a reunião no Planalto acabou, às 17h35m do dia 18, houve uma primeira aquisição de 2,6 milhões de PETR265. Em mais nove minutos, às 17h44m, foi feita outra compra, desta vez de 1,4 milhão de títulos. Juntas, as 4 milhões de opções custaram R\$ 160 mil aos compradores. As duas transações foram feitas por intermédio da corretora Tullet Prebon, conhecida por atender principalmente grandes fundos e investidores institucionais.

Nesse tipo de operação,

nem sempre a corretora está diretamente envolvida. Ela pode estar somente prestando serviços. Mas seu setor de compliance tem o dever de comunicar qualquer movimentação suspeita à CVM, que regula e fiscaliza o mercado de capitais. Procurei a Tullet Prebon para saber se era o caso, mas não tive resposta. Segundo os dados da B3, ninguém nunca tinha comprado tantos desses papéis de uma única vez. Até aquele momento, o maior lote já vendido fora de R\$ 6,3 mil PETR265.

Pouco mais de uma hora depois das compras de opções, às 19h, o presidente começou sua live semanal. "Alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias", disse ele, para depois acrescentar: "o presidente da Petrobras falou que determinava o preço não tinha nada que ver com os camilhões, e isso tem uma consequência, obviamente". A partir daí, as ações só caíram.

LUCRO ASTRONÔMICO

No dia seguinte à live, sexta-feira, a queda foi mais branda, de 3%. Só que, depois do fechamento do pregão, Bolsonaro anunciou que o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, seria substituído pelo general Joaquim Silva e Lara. Na segunda, as ações caíram de R\$ 27,33 para R\$ 21,77 — um tombo de 20,7%. Só naquele dia, a Petrobras perdeu R\$ 28 bilhões em valor de mercado.

Não é possível saber ao certo quando as opções foram vendidas, porque essa informação é protegida por sigilo. Caso tenha sido ao longo do dia 22, que era o dia do vencimento, os papéis comprados por R\$ 160 mil podem ter rendido a seus donos até R\$ 18 milhões — um lucro astronômico, de 11,125%. Para a CVM, porém, não é difícil chegar aos responsáveis pela operação e desvendá-los seus motivos. Os sistemas informatizados das corretoras guardam essas informações e podem fornecer-las rapidamente. Quem tinha a PETR265 naquele dia faturou alto. Agora, porém, está sujeito a uma investigação e punição pelas autoridades financeiras.

CONTEXTO

Opções podem ser usadas para proteção contra oscilação de preços ou especulação

JOÃO DOMINANTO | joao.dominanto@valorpro.com.br

O investidor que se aventura no mercado de renda variável tem diversos mecanismos para se proteger das oscilações de preços. Muitas vezes, ele pode usar esses instrumentos para especular

lização de um ativo e ganhar (ou perder) dinheiro no curto prazo. Os contratos de opção estão neste rol de ferramentas que funcionam como seguro ou alavanca de movimentos mais arriscados.

opção tem o direito de comprar ou vender um ativo, como a ação de uma empresa negociada na Bolsa, por um valor predeterminado (chamado de strike price) em uma data específica do futuro.

É uma operação que acontece no mercado de derivativos, em que o valor dos contratos deriva de um ativo.

Quando o gestor de um fundo de ações avalia que determinado papel de uma empresa que está na sua carteira pode se desvalorizar no futuro, ele pode se proteger

usando os contratos de opção.

Nesse caso, segundo analistas, ele precisa ter nas mãos um contrato que lhe dá a opção de vender essa ação por um preço predeterminado no futuro. No jargão do mercado, esse contrato é chamado de put. Se a ação se desvalorizar no período, ele venderá o papel pelo preço fixado no contrato (mais alto) e embolsará a diferença. Mas se a desvalorização esperada não acontecer e o preço do papel ficar mais alto do que o fixado no contrato, ele terá

Caso acredite que essa mesma ação vai valorizar, o investidor pode ganhar dinheiro comprando uma call, uma opção que permite a venda pelo preço predeterminado na data de vencimento.

Nos contratos de opção, o investidor não precisa ter a ação que está negociada. Na prática, ele está apenas operando a diferença de preços entre o que está fixado no contrato e o que vai acontecer em uma data futura.

Em dezembro passado, os contratos de opção de ações

brasileira (B3) movimentaram R\$ 28 bilhões. Em janeiro deste ano foram mais R\$ 21,3 bilhões. No dia 22 de fevereiro, data em que foram vendidas as opções das ações da Petrobras com ganho elevado, foram movimentados R\$ 16,6 bilhões, ainda segundo dados da B3. As ações preferenciais da Petrobras apresentaram o terceiro maior volume daquele dia, com R\$ 289,7 milhões movimentados em opções de venda. Os contratos de opção de ações venceram toda terceira

Editoria de Arte

ZEINA
LATIF



oglobo.com.br/economia
economiz@oglobo.com.br



Credibilidade que se esvai

Não deveria ser surpresa a dificuldade do governo Bolsonaro com políticas econômicas de cunho liberal. Além do histórico antirreformas com parlamentar, já na campanha eleitoral seu discurso conflitava com o de Paulo Guedes, que tinha lá suas inconsistências. Como esquecer a inexecutável promessa de receita de trilhões com a venda de ativos estatais?

O “piloto automático” no Brasil é o intervencionismo estatal e a expansão de gastos públicos. Romper esse padrão demanda um mínimo de convicção do presidente e, certamente, muita capacidade política.

Depois dos avanços no breve governo Temer, seria importante Bolsonaro ao menos

preservar o compromisso com a disciplina fiscal. E não só pelas consequências de curto prazo — já temos assistido aos efeitos do descontrole fiscal no mercado financeiro e no ambiente econômico. É preciso uma sequência de governos responsáveis para consolidar valores da sociedade e boas práticas na gestão pública, de modo a afastar desvios perigosos de rota, como o do governo Dilma. Além disso, o compromisso depende de reformas estruturais para conter despesas obrigatórias, o que abriria caminho para melhorar a qualidade do gasto público e, em um futuro ainda distante, reduzir a carga tributária, muito mais elevada do que de outros emergentes.

As despesas obrigatórias comprometem quase a totalidade do Orçamento da União e crescem automaticamente — por conta de indexações (como a correção de benefícios previdenciários ao salário mínimo), vinculações e gastos mínimos (como na educação), regras do funcionalismo (ajustes de salários e progressões na carreira) e o próprio envelhecimento da população.

A pandemia agravou o problema fiscal e a falta de perspectivas de superação da crise de saúde alimenta a pressão por aumento de gastos. Para que as novas gerações não sejam prejudicadas ainda mais — crianças e jovens mais pobres já são muito penalizados com a falta de educação e empregos —, é crucial conter o au-

mento da dívida pública.

A disciplina fiscal não significa fechar os olhos aos vulneráveis. Afinal, os mais pobres não podem arcar com as consequências da temerária gestão da saúde agravada pelas atitudes do presidente estimulando o descuido de cidadãos. Tampouco se trata de forçar um ajuste rápido das contas públicas — nem seria possível com regras que regem o Orçamento público. A

O cenário mais provável é que a atual gestão contribua quase nada para o ajuste fiscal, deixando a batata quente para o próximo governo

ideia é buscar medidas compensatórias ao socorro aos vulneráveis, mesmo que com efeitos apenas no médio-longo prazo. O importante é mudar o cenário atual de crescimento a perder de vista da dívida pública. Flexibilizar a regra do teto para retomar o auxílio emergencial sem contrapartidas sólidas será um grande equívoco e é um risco concreto que a PEC Emergencial oferece. Há ameaças de todos os lados. O próprio líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, admitiu, em entrevista à Folha, o risco de outras medidas criadas na crise pegarem carona no projeto.

Enquanto isso as contrapartidas encolhem. A crise atual deveria elevar a barra de exigências, mas o que ocorre é o contrário. O projeto atual preserva, em boa medida, o funcionalis-

mo, diferentemente da proposta original do Executivo, de dezembro de 2019.

A PEC Emergencial apresenta regras demais e instrumentos de menos para o efetivo corte de despesas. A ideia de estabelecer uma trajetória para o endividamento público, por lei complementar, poderá reduzir a força da regra do teto, que, de tantos furos, poderá ter o mesmo fim da “regra de ouro” — descumprida seguidamente, sem maiores consequências.

Além disso, poderá atrapalhar a condução da política monetária pelo Banco Central. Os gatilhos para medidas de ajuste quando as despesas sujeitas ao teto atingirem 95% da despesa total poderão se mostrar inócuos na prática.

O cenário mais provável é que a atual gestão contribua quase nada para o ajuste fiscal, deixando a batata quente para o próximo governo. Além disso, pela proposta, nada impediria novos decretos de calamidade pública adiante, inclusive em 2022, abrindo espaço para mais gastos.

Muitos parlamentares defendem aprovar a liberação de recursos agora e deixar a votação das contrapartidas para depois. A depender do conteúdo final, de tão tímidas as contrapartidas, o fatiamento da PEC não faria grande diferença. A reação negativa dos mercados poderá constranger Executivo e Congresso. O fato é que os anúncios do governo perdem credibilidade a olhos nus.

Quatro conselheiros da Petrobras renunciam ao cargo

Nomes foram indicados pelo governo. Saída está relacionada ao anúncio do presidente de troca no comando da estatal

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

A Petrobras perdeu quatro membros do seu Conselho de Administração. João Cox Neto, Nivio Ziviani, Paulo Cesar de Souza e Silva e Omar Carneiro da Cunha pediram para deixar os postos de conselheiros da estatal. Os quatro são indicados pelo governo, o acionista controlador.

A saída está relacionada à decisão do presidente Jair Bolsonaro de mudar o comando da estatal, após a alta nos preços dos combustíveis. Para o lugar de Roberto Castello Branco foi indicado o general Joaquim Silva e Luna. Mas o nome precisa do aval dos acionistas em assembleia, que ainda não tem data marcada.

Em comunicado à Comissão de Valores Mobiliários

(CVM), Carneiro da Cunha, ex-presidente da Shell, disse que “em virtude dos recentes acontecimentos relacionados a alterações na alta administração da Petrobras, e os posicionamentos externados pelo representante maior do acionista controlador da mesma, não me sinto na posição de aceitar a recondução de meu nome como conselheiro”.

Na carta, ele criticou a for-

ma como o governo procedeu na troca do comando. “A mudança proposta pelo acionista majoritário, embora amparada nos preceitos societários, não se coaduna com as melhores práticas de gestão, nas quais procuro guiar minha trajetória empresarial.”

Paulo Cesar de Souza e Silva pediu para sair em virtude do seu mandato ser “interrompido inesperadamente” e elogi-

ou a atual diretoria. “Registro meu respeito e reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido pela diretoria executiva e funcionários da Petrobras bem como pelos meus colegas conselheiros”.

Já Cox e Ziviani destacaram “razões pessoais”.

Além deles, o atual presidente da estatal, Castello Branco, que também é conselheiro, vai deixar a empresa

no dia 20 de março. Com isso, a União vai precisar buscar quatro novos nomes para o conselho.

A estatal explicou que, na assembleia geral, serão eleitos os membros do conselho. Ele, por sua vez, vai eleger os diretores executivos, sendo que o diretor-presidente da Petrobras deverá ser escolhido entre os conselheiros.

A estatal lembrou que a análise do nome do general Silva e Luna pelo Comitê de Pessoas deve ser feita no prazo de oito dias úteis a partir da entrega das informações necessárias, podendo ser prorrogado por mais oito dias úteis.

Representante de minoritários pede punição exemplar

Avaliação no mercado é que há indícios de uso de informação privilegiada, pois queda dos papéis da Petrobras que garantiu lucro ao investidor foi muito acentuada e em curto intervalo. Investigação deve incluir análise do histórico de quem fez a aplicação

JOÃO SORIMA NETO
E GLAUCE CAVALCANTI
economista@oglobo.com.br
SÃO PAULO, RIO E BRASÍLIA

O economista Aurélio Valporto, presidente da Associação Brasileira de Investidores (Abradin), avaliou que a venda de opções de ações da Petrobras com lucro elevado, noticiado pela colunista do GLOBO Malu Gaspar, é um caso de *insider trading* muito claro. A Abradin vai entrar com uma representação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para identificar o autor da operação, além de pedir punição exemplar.

—É um *insider* claro. A CVM tem que identificar e punir o autor de forma exemplar. As operações são claramente atípicas, fora do volume que vinha sendo negociado na série

de opções. Alguém tinha informações de que Bolsonaro iria falar sobre mudanças drásticas na Petrobras e as ações iam despencar. Vamos entrar com representação na CVM, que não pode deixar passar em branco —disse Valporto.

A Comissão de Valores Mobiliários prepara investigação para apurar o caso. Segundo especialistas de mercado consultados pelo GLOBO, sob a condição de anonimato, o que chamou a atenção no caso das opções da Petrobras foi a data da compra, dia 18, apenas quatro dias antes do vencimento. Trata-se um espaço muito curto de tempo entre a compra e a venda para um volume tão elevado de recursos, R\$ 160 mil. Normalmente, os gestores fazem esse tipo de operação com prazo médio de dois meses



Indignação. Minoritários vão fazer representação na CVM sobre o caso

valores mais baixos, diz um especialista do mercado.

—Foi uma aposta muito ariscada que se concretizou em apenas dois pregões. Como estavam muito perto do vencimento, o valor das opções estava muito baixo, R\$ 0,04. A chance de os contratos vira-

rem pó, e o investidor ficar com o prejuízo, era muito grande, já que era difícil acreditar que a ação da Petrobras cairia de R\$ 29,27 para um valor abaixo de R\$ 26,50 tão rápido. Mas, depois do anúncio da troca de presidente na sexta, no dia 22, as ações PN (pre-

ferenciais) da Petrobras abriram em forte queda e fecharam o dia em R\$ 21,45 —diz.

Gestores alegam que seria muito difícil uma desvalorização tão grande das ações da Petrobras, num curto espaço de tempo, sem que se soubesse que algo importante estaria para acontecer com a empresa. Eles lembram que as ações da estatal vinham subindo com a alta do petróleo no mercado internacional.

O gestor explica que a CVM pode pedir à corretora a identificação do investidor, seu histórico, se já investiu ou não nesse mercado. Segundo ele, se for a primeira aplicação, a desconfiança aumenta. A autarquia pode solicitar rastreamento de ligações e mensagens.

Carlos Augusto Junqueira,

sócio do Cescon Barriou Advogados, ressalta que a irregularidade estaria no fato de a venda das ações ter sido feita com base no conhecimento de informações não divulgadas ao mercado. Após a investigação da CVM, pode haver a abertura de uma ação penal.

As operações ocorreram após reunião do presidente Jair Bolsonaro com ministros e antes de sua transmissão nas redes sociais no dia 18, quando disse que “alguma coisa” iria acontecer na Petrobras. O Ministério da Economia afirmou que “compete à CVM apurar eventuais desvios no mercado de capitais. Quaisquer questionamentos devem ser encaminhados à autarquia”. O Ministério de Minas e Energia e o Gabinete de Segurança Institucional não comentaram.

Bolsa Família: Senado estuda tirar programa do teto de gastos

Proposta seria incluída em PEC que destrava o auxílio emergencial. Secretário do Tesouro diz que medida levaria a aumento de juros

MANOEL VENTURA
E GERALDA DOCA
sobre o pagamento de
medicamentos

Líderes do Senado estão discutindo a possibilidade de tirar o Bolsa Família do teto de gastos — que limita o aumento das despesas da União à inflação — pelo menos no ano de 2021, de acordo com fontes que acompanham de perto o assunto. A medida seria incluída na proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga auxílio emergencial neste ano. A equipe econômica é contra a medida. Inicialmente, o senador Alessandro Vieira (SE) sugeriu retirar o Bolsa Família da proibição de aumento de despesas obrigatórias.

Os senadores, porém, concordaram em ampliar a sugestão para tirar todo o gasto do programa do teto neste ano. O líder do MDB, Eduardo Braga (AM), disse ao GLOBO que essa proposta foi apoiada por todos os partidos. Segundo fontes, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também foi a favor da ideia. A equipe econômica reagiu à proposta. O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou que a medida acabaria prejudicando os vulneráveis no futuro, com aumento de juros e do desemprego. — Essa incerteza se traduz em taxa de juros (mais al-



Congresso Nacional. Segundo a proposta do Senado, programa ficaria fora da regra fiscal pelo menos durante o ano de 2021

tas). Isso vai aumentar os juros e, com isso, menos investimentos e geração de empregos. Para a nossa retomada econômica, para o dia seguinte da pandemia, é muito ruim. O vulnerável hoje vai ser punido no futuro. Sem contar o efeito inflacionário. O secretário destacou que o país precisa de riscos e juros baixos para gerar emprego: — Precisamos de um ar de vulnerável hoje e que ele tenha a possibilidade de se empregar no pós-crise. Para isso, é preciso juros baixos e crescimento. A proposta de Bolsa Família fora do teto é

uma flexibilização do teto, que vai na direção contrária ao que a gente quer. **TEXTO DESIDRATADO** Na avaliação do economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), a medida não faz sentido: — Retirar o Bolsa Família do teto não faz sentido. Foge à lógica da regra e não seria necessário, inclusive porque o programa vem sendo realizado sem problemas sob as regras do teto. Por outro lado, o Ministério da Cidadania é a favor da proposta. O Orçamento

para este ano ainda não foi votado e prevê R\$ 34,9 bilhões para o programa. O relator tanto da PEC Emergencial quanto do Orçamento é o mesmo, o senador Márcio Bittar (MDB-AC). Tirar o benefício do teto permitirá aumentar o benefício já neste ano e sem nenhum corte de gastos como compensação. Ontem, Bittar fez a leitura em plenário do novo parecer da PEC do auxílio. O texto foi desidratado. O senador retirou a proposta pontos polêmicos, como o fim do piso de gastos para saúde e educação, além de recuar

de um dispositivo que revogava a destinação de 28% da arrecadação de PIS e Pasep para o BNDES, medida já tentada pelo governo durante a reforma da Previdência em 2019. O texto mantém gatilhos para corte de despesas no futuro. No caso da União, quando os gastos obrigatórios somarem 95% das despesas totais. Para estados e municípios, quando o gasto atingir 90% da receita. Nesses casos, os governos poderão acionar medidas como congelamento de salários de servidores e suspensão de concursos.

ANALÍTICO Da contabilidade criativa à contabilidade descarada

RENATO ANDRADE sobre o cancelamento de

Equipe econômica luta para garantir alguma medida que possa reduzir, ainda que muito super-

ficialmente, as perspectivas futuras da política fiscal com a volta do auxílio emergencial, as lideranças do Senado

resolveram entrar no debate. A turma da Casa que representa os estados quer retirar da lista de despesas que o governo precisa monitorar para saber se está cumprindo o teto de gastos fixado na Constituição todo o dinheiro que for gasto com o programa Bolsa Família. Isso significa desaparecer com nada menos que R\$ 34,9 bilhões da lista de despesas. Fora do teto, o limite para aumentar o benefício desapare-

ce. Assim como qualquer possibilidade de alguém que acompanha as contas públicas brasileiras acreditar que a equipe econômica conseguirá, num futuro próximo, evitar que a dívida ultrapasse todos os limites do bom senso para um país que encara o rombo há quase uma década. É importante lembrar que o próprio auxílio, que pode custar outras dezenas de bilhões de reais, a depender de quem

faz a conta, também será uma despesa que não constará da lista de gastos oficiais. Num passado não muito distante, o governo federal, na gestão de Dilma Rousseff, adotou uma série de medidas para dizer que cumpria as metas fiscais estabelecidas mesmo quando os números mostravam o contrário. Gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) eram chamados de "investimentos" e, por isso

mesmo, não contabilizados como despesas. Outras furdadas foram dadas pela equipe do então ministro Guido Mantega, titular da Fazenda, e ganharam a alcunha de "contabilidade criativa". Se a ideia dos líderes no Senado prosperar, teremos uma versão mais rústica da criatividade de 2012. Passaremos a ter a contabilidade descarada.

oglobo.globo.com/analitico

Após conversa com Lira, governador fala em 1ª parcela maior de auxílio

RENATA MARIZ
E FERNANDA TRISTÃO
sobre o pagamento de
medicamentos

Após se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), o governador do Piauí, Wellington Dias, disse ontem que uma das possibilidades discutidas no encontro foi autorizar um valor maior para a primeira parcela do auxílio emergencial, em discussão no Congresso. — Ficou um vazio (nos pagamentos) janeiro, fevereiro. Seria estudada uma alternativa, quem sabe ampliando na primeira parcela, para, a partir daí, seguir com o que vem sendo negociado com o governo — afirmou Dias. Governo e Congresso negociam a liberação de quatro parcelas de R\$ 250 a parte dos beneficiários atendidos no ano passado. Dias não especificou qual seria o valor do primeiro repasse. O novo auxílio será definido por medida provisória (MP) após a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite que a ajuda federal seja paga fora das regras fiscais. Em contrapartida, o governo defende a aprovação de medidas de controle das contas públicas.

Também ontem, a Secretaria de Política Econômica (SPE), ligada ao Ministério da Economia, divulgou nota em que defende que a nova rodada do benefício seja acompanhada de contrapartidas que reforcem a responsabilidade fiscal. "A prorrogação do AE (auxílio emergencial), conforme a experiência recente mostra, deve ser novamente acompanhada de um sinal

da responsabilidade fiscal", frisa a nota. Segundo a pasta, a extensão do programa sem medidas de controle de gastos podem ter efeitos negativos, como o aumento de juros.

Apesar da retomada de medidas de distanciamento social adotadas pelos estados, a secretaria afirma que há "clara tendência" de retorno da população para os locais de trabalho, com base

em relatórios de mobilidade que indicam e trânsito de pessoas nas cidades. O comunicado acrescenta ainda que "é factível fazer ajustes fiscais e ampliar programas sociais", alegando que esse aperfeiçoamento passa por melhorias na focalização e respeito ao arcabouço fiscal.

SUPERMERCADO GUANABARA
Hoje é Dia!
4ª Inteligente
Hoje é dia de comprar a preço de custo

Banana Laranja kg	2,87	Tomate kg	2,87	Carrotos kg	2,98
Limão Siciliano kg	2,95	Maça Verde kg	4,83	Doce de Leite kg	1,98
Banana Prata kg	4,93	Morango kg	1,98	Doce de Leite kg	2,98
Maça Verde kg	1,98	Paçoca Salgada kg	6,98	Doce de Leite kg	4,99

Guedes: Brasil pode virar Venezuela sem reformas ou controle de gastos

Ministro diz que sai se tiver que 'empurrar Brasil pelo caminho errado'. Para ele, troca na Petrobras foi 'resposta política'

FERNANDA TRISOTTO
E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, em participação em um podcast gravado na sexta-feira e divulgado ontem, que o Brasil pode passar por crises como as vividas por Argentina e Venezuela caso não avance nas reformas econômicas e nas medidas de controle de gastos.

—Vai chegar uma hora em que você não consegue mais. Para virar Argentina, seis meses. Para virar Venezuela, um ano e meio. Se fizer errado, vai errado. Quer ir para o outro lado, quer virar Alemanha ou Estados Unidos? São dez, 15 anos na outra direção — disse Guedes no programa Primocast.

A declaração foi dada no momento em que a equipe

econômica defende no Congresso a aprovação de medidas de controle de gastos públicos como parte da proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza gastos para uma nova rodada do auxílio emergencial. Segundo o ministro, a liberação do benefício sem a aprovação de contrapartidas seria "caótico":

— Isso seria caótico para o Brasil e teria um efeito muito ruim para o brasileiro. É o que aprendemos no ano passado e não podemos repetir.

Em uma semana marcada pela tensão no governo causada pela troca de comando na Petrobras, Guedes disse que não deixa o cargo por causa de ofensas, mas que prefere sair do posto caso tenha que "empurrar o Brasil pelo caminho errado", frisando que isso não ocor-

reu. O ministro afirmou ainda que depende da confiança do presidente Jair Bolsonaro para tocar sua agenda e que é "demissível em 30 segundos".

— Se ele (Bolsonaro) não confiar, eu sou demissível em 30 segundos. Se eu estiver conseguindo ajudar o Brasil, fazendo as coisas em que eu acredito, eu devo continuar. A ofensa não me tira daqui. O medo, o combate, o vento e a chuva, isso não me tira daqui de jeito nenhum — afirmou o ministro. — O que me tira daqui é a perda da confiança do presidente ou ir para o caminho errado. Se eu tiver que empurrar o Brasil pelo caminho errado, prefiro não empurrar, prefiro sair. Isso não aconteceu.

No último dia 19, Bolsonaro anunciou nas redes sociais que indicaria Joaquim



Apoio do presidente. "Se ele (Bolsonaro) não confiar, eu sou demissível em 30 segundos", afirmou Guedes

Silva e Luna para presidir a Petrobras no lugar de Roberto Castello Branco, indicado por Guedes em 2018 para chefiar a companhia. O presidente disse estar insatisfeito com a política de preços da empresa, que repassa variações da cotação do petróleo e do câmbio para as refinarias.

ACENO A CAMINHONEIROS

Ontem, em entrevista à rádio Jovem Pan, Guedes se pronunciou publicamente pela primeira vez sobre o episódio e disse que a decisão do presidente foi uma "resposta política" aos caminhoneiros, base de apoio do governo:

— O presidente, politicamente, teve uma reação. Falou para um público caminhoneiro, que é um público associado ao presidente Bolsonaro, são eleitores típicos e fiéis. Para esse público, o presidente deu uma satisfação política. Ele falou: "Olha, eu tirei o cara que disse que não liga para vocês e, ao mesmo tempo, estou tirando todos os impostos" — disse o ministro.

Apesar de dizer que a troca de Castello Branco é compreensível politicamente, Guedes reconheceu que a decisão foi ruim do ponto de vista econômico:

— É compreensível politicamente uma atitude,

mas, do ponto de vista econômico, o efeito foi ruim. Essa foi a nossa conversa interna. O presidente sabe o que eu penso, eu sei o que ele pensa.

No podcast publicado pela manhã, o ministro defendeu privatizações, mencionou o bordão "o petróleo é nosso", lembrado por Bolsonaro na semana passada, e propôs compartilhar recursos de empresas públicas com a população:

— Tem uma turma que começa com "o petróleo é nosso". É nosso? Então vamos dar para o povo brasileiro. Vamos pegar os dividendos da Petrobras e entregar uma parte para o povo brasileiro.

“Vai chegar uma hora em que você não consegue mais. Para virar Argentina, seis meses. Para virar Venezuela, um ano e meio”

Paulo Guedes, ministro da Economia

“O que me tira daqui é a perda da confiança do presidente ou ir para o caminho errado. Se eu tiver que empurrar o Brasil pelo caminho errado, prefiro sair”

“É compreensível politicamente uma atitude, mas do ponto de vista econômico o efeito foi ruim. Essa foi a nossa conversa interna. O presidente sabe o que eu penso”

Na nova MP, trabalhador terá seguro-desemprego menor

Quem fizer acordo de redução de jornada ou suspensão de contrato receberá menos parcelas ao ser demitido

GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A proposta da equipe econômica para reeditar a medida provisória (MP) 936, que autoriza redução de jornada e salário ou suspensão de contrato, prevê que trabalhadores que fecharem os acordos tenham direito a menos parcelas de seguro-desemprego, caso sejam demitidos no futuro.

Segundo fontes, a ideia é permitir que a nova rodada do programa seja viabilizada sem impacto sobre as contas públi-

cas. Na prática, o empregado anteciparia o acesso ao seguro para compensar as perdas salariais previstas nos acordos.

Atualmente, o benefício é pago a trabalhadores demitidos sem justa causa em parcelas que variam de três a cinco, dependendo do tempo de serviço. No modelo em estudo, o número de repasses seria reduzido, desde que seja garantido o direito a ao menos um pagamento.

Por exemplo, caso o trabalhador tenha direito a receber cinco parcelas do seguro-desemprego, mas tenha ade-

rido à nova MP por quatro meses, receberá apenas três pagamentos se for demitido.

Segundo técnicos do governo, a MP vai autorizar acordos com prazo máximo de quatro meses. Assim como no ano passado, as empresas que aderirem terão que assegurar estabilidade aos empregados por igual período.

O seguro-desemprego é financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e varia de R\$ 1.100 a R\$ 1.911, de acordo com fatores como o salário do empregado e o tempo de serviço. A expectativa é que as compensações usem o valor do seguro-desemprego. Quem sofrer corte de 25% de salário, por exemplo, receberia o correspondente a 25% do seguro-desemprego a que teria direito. Em caso de contrato suspenso, o benefício seria pago integralmente no período do acordo.

Presidência do BB pode ficar com funcionário de carreira

Atuais vice-presidentes do banco estão entre os mais cotados para suceder André Brandão

BRASÍLIA

Mesmo com as baixas na sua equipe, caberá ao ministro da Economia, Paulo Guedes, indicar ao presidente Jair Bolsonaro o nome do substituto de André Brandão no comando do Banco do Brasil (BB). Segundo auxiliares do ministro, um dos nomes que teria o respaldo do Palácio do Planalto é o do vice-presidente da rede de varejo do BB, Carlos Motta dos Santos.

Ele é funcionário de car-

reira, e a escolha seria uma solução caseira, diante da dificuldade em trazer um executivo de mercado.

MONTEZANO É COGITADO

Outro nome defendido por pessoas próximas a Guedes é o do vice-presidente de Assuntos Corporativos do BB, Mauro Ribeiro Neto. Hoje, ele é o candidato mais forte para substituir André Brandão, segundo publicou o colunista do GLOBO Lauro Jardim em seu blog.

O atual presidente do BN-

DES, Gustavo Montezano, também é cotado e, neste caso, seria substituído pelo presidente do Conselho de Administração da instituição, Marcelo Serfaty. Contudo, Montezano já teria manifestado interesse em permanecer no cargo.

Outros nomes cogitados são o do secretário-executivo do Ministério da Cidadania, Antônio Barreto, e o do presidente do Banco Regional de Brasília (BRB), Paulo Henrique.

Brandão pediu para deixar a direção do BB na semana passada, depois de desentendimentos com Bolsonaro. O problema começou em janeiro, quando o executivo anunciou um plano de demissão voluntária e o fechamento de 361 agências, inclusive com a saída do banco de alguns municípios. (Geralda Doça)

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 03/03/2021	Caderno: Economia



Se PEC que libera auxílio for aprovada hoje, 14 Estados já podem congelar salário de servidor

Possibilidade está prevista no texto que cria uma nova rodada do benefício para os mais vulneráveis; PEC permite acionar medidas de ajuste sempre que despesas obrigatórias excederem 95% das receitas

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

03 de março de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - Números do **Tesouro Nacional** apontam que 14 Estados teriam condições fiscais para decretar estado de emergência fiscal e acionar medidas de controle de gastos, os chamados gatilhos, como o congelamento dos salários dos servidores.

Essa possibilidade está prevista na **Proposta de Emenda à Constituição (PEC)**, que prevê uma nova rodada do **auxílio emergencial** para os mais vulneráveis, prevista para ser votada hoje no **Senado**, e faz parte do coração de contrapartidas que a equipe econômica quer manter no texto.

Pela proposta, as medidas de ajuste seriam acionadas sempre que as despesas obrigatórias primárias (ou seja, sem contar os juros da dívida) excedessem 95% das receitas correntes.

Boletim dos entes subnacionais de 2020, com dados de 2019, aponta **Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe** e **Tocantins** com nível acima de 95% de despesas. **Minas Gerais**, por exemplo, o valor estava em 105,2%.

O secretário do Tesouro, **Bruno Funchal**, diz que os dados de 2019 mostram uma realidade mais fidedigna porque em 2020 os Estados receberam uma injeção de transferências do governo adicional por causa da pandemia da **covid-19** que não tende a se repetir. Ou seja, a métrica da PEC vai ser a do bimestre que o Estado decretar

emergência fiscal. A trava de 95% para acionamento dos gatilhos é apurada em um período de 12 meses.

Os gatilhos são praticamente os mesmos já previstos no teto de gastos, regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação, sendo reforçados pela proibição de aumento no valor de benefícios indenizatórios e vedação de progressão ou promoção de carreira que impliquem em aumento de gasto. Não poderá ser ampliado gasto com pessoal, seja via reajustes ou criação de vantagens e auxílios, seja via contratação ou alteração de estrutura de carreira. O acionamento é facultativo, mas não há necessidade de autorização do **Legislativo**.

Caso a despesa corrente ultrapasse 85% da receita corrente, também haverá a opção de acionamento dos gatilhos, mas nesse caso é necessária a aprovação do Poder Legislativo local.

Notas

O patamar de 95% é utilizado pelo Tesouro para dar a nota aos Estados e municípios. Essa nota define quem tem ou não acesso a empréstimos com garantia da **União** (se o Estado dá calote, o governo federal cobre).

Na União, o secretário estima que o patamar de 95% de despesas seria atingido entre 2024 e 2025. “Ficou faltando (na legislação) a parte perene e olhar para o bom funcionamento da regra fiscal para o futuro e é isso que a PEC está fazendo”, diz o secretário. Segundo ele, a proposta traz uma boa previsibilidade das despesas para trazer mais credibilidade e confiança de que vai ter um correto funcionamento do teto de gastos.

Para a **especialista em contas públicas da [Fundação Getúlio Vargas \(FGV\)](#), Vilma Pinto**, é um erro deixar na PEC a palavra “poderão” para o acionamento dos gatilhos, deixando facultativo aos governadores. “Não vai ter tanta efetividade se não colocar isso como uma regra fiscal impositiva. Fica a critério de cada Estado e município. Não tem como avaliar a efetividade”, diz.

Segundo ela, a medida é válida porque, observando as despesas correntes e as receitas correntes, não têm muita flutuação por efeitos atípicos como investimento. Vilma destaca que a tabela do Tesouro representa uma média ponderada dos três últimos

anos. “É bom porque traz uma perspectiva intertemporal porque em 2020 teve muito recurso extraordinário”, diz Vilma, que acompanha em detalhes as contas dos Estados e municípios.

Relator enxuga PEC, mas mantém gatilho fiscal

Pontos como o fim do piso de gastos em saúde e educação são retirados; votação está prevista para hoje no Senado

Renato Machado e Thiago Resende

BRASÍLIA Em um revés do ministro Paulo Guedes (Economia), uma versão mais enxuta da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial foi apresentada nesta terça-feira (2), sem os pontos mais polêmicos, como a ideia de acabar com o gasto mínimo para saúde e educação e a tentativa de cortar repasses ao BNDES. As mudanças ocorreram após pressão de líderes do Senado.

A PEC permite uma nova rodada do auxílio emergencial, além de prever medidas de controle de despesas públicas, defendidas pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O ministro da Economia aposta na aprovação da PEC Emergencial para destravar a pauta liberal apresentada ao Congresso. A aliados teria indicado que esse projeto pode definir a sua permanência ou não no governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Em negociação com o Congresso, o governo espera relançar o programa do auxílio emergencial, com o pagamento de quatro parcelas de R\$ 250.

O governo e o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), tiveram de recuar em alguns pontos para destravar a análise da PEC, que, na semana passada, diante das críticas à ideia de acabar com o piso para saúde e educação, nem chegou a ser lida no plenário da Casa.

Por ser uma PEC, é necessário o apoio de 49 dos 81 senadores. Depois, a proposta ainda precisa passar pela Câmara,

onde precisa do voto de 308 dos 513 deputados.

A Câmara votará a PEC diretamente em plenário, sem passar por comissões.

Na semana passada, Bittar já tinha reconhecido que teria que desistir do fim do piso para saúde e educação para não colocar todo o projeto em risco. Na semana passada, o relator e o governo estiveram perto de uma derrota, que poderia atrasar em mais duas semanas a tramitação, por isso precisaram adiar a leitura do relatório e cederam na questão das desvinculações.

Agora, ele também recuou no corte nos repasses do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o BNDES, atendendo a pedidos de diversos partidos, inclusive da base do governo.

Bittar, por outro lado, decidiu manter a desvinculação de receitas para atividades de administração tributária. Isso poderá enfraquecer o funcionamento e a autonomia dos órgãos de fiscalização tributária no âmbito da Receita Federal e dos demais entes federados, segundo auditores fiscais.

Até a votação da PEC, prevista para esta quarta-feira (3) no plenário do Senado, sindicatos dos auditores pretendem intensificar a articulação para que o texto preserve a vinculação de parte da arrecadação federal à atividade da Receita.

Após negociação com líderes, Bittar recuou em outro ponto e manteve na Constituição a possibilidade de a União intervir em um estado pa-



O senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC Emergencial, que destrava nova rodada do auxílio e prevê medidas de controle de despesas públicas. Marcos Oliveira/Agência Senado

ra reorganizar as finanças da unidade da federação.

A PEC determina um prazo para que o governo apresente um plano para redução gradual dos benefícios tributários. No entanto, após negociação com partidos, esse corte não deverá afetar fundos de desenvolvimento regional, o Simples Nacional, a Zona Franca de Manaus, incentivos tributários a entidades sem fins lucrativos, redução de encargos sobre a cesta básica e o ProUni (Programa Universidade para Todos). Apesar das mudanças indicadas pelo relator, a nova versão manteve os trechos con-

siderados vitais para Guedes, que são os gatilhos — medidas a serem acionadas automaticamente, por um período determinado, em caso de crise nas contas públicas.

Esses gatilhos já foram apresentados ao Senado em 2019, mas até hoje o texto não avançou. Para reduzir as resistências, o governo já cedeu em alguns pontos.

Inicialmente, por exemplo, havia a previsão de corte de jornada e de salários de servidores públicos como parte do pacote fiscal. Isso, porém, foi retirado do relatório da PEC, elaborado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC).

A versão mais recente do texto prevê apenas barreiras a concursos, reajustes salariais a servidores e a criação de despesas obrigatórias.

Em reunião de líderes no Senado nesta terça, houve um acordo para que, caso os gatilhos sejam acionados, o programa Bolsa Família ainda poderá ser ampliado — mesmo diante de um cenário de controle de despesas. Essa blindagem do Bolsa Família deve ser incorporada pelo relator nesta quarta, antes da votação.

Na avaliação de governistas no Senado, é melhor deslizar a proposta, mas num patamar aceitável para a equi-

pe econômica, do que correr o risco de deixar o plenário aprovar apenas a autorização para o auxílio emergencial.

Com a base desarticulada no Senado, o governo enfrenta dificuldades para aprovar a chamada PEC Emergencial.

Auxílio sem medidas de compensação eleva desemprego, diz pasta

BRASÍLIA A Secretaria de Política Econômica (a SPE) do Ministério da Economia afirmou nesta terça-feira (2) que liberar o auxílio emergencial sem medidas de compensação sugeridas pela pasta tem potencial de afetar a inflação e elevar o desemprego.

A análise é divulgada enquanto parlamentares discutem o impacto da PEC Emergencial, defendida pelo Ministério da Economia e que libera o auxílio em 2021 com medidas de ajuste fiscal a médio e longo prazo.

"Prorrogar o auxílio emergencial sem conciliar com o processo de consolidação fiscal tem o potencial de deteriorar a trajetória inflacionária, reduzir a atividade econômica e aumentar o desemprego", afirma conclusão de nota técnica elaborada pela SPE.

"Como a inflação e o desemprego afetam desproporcionalmente mais a população carente, o auxílio pode acabar por prejudicar justamente as pessoas que se queriam ajudar", prossegue o texto. Fábio Pupo

folha.com/mulheresnomercado

semináriosfolha

WEBINAR

Mulheres no mercado de trabalho

Em tempos de pandemia, o desafio para as mulheres vai muito além do home office

No mundo corporativo, as mulheres ou são minoria ou são menos remuneradas. Durante a pandemia de Covid-19, essa situação só piorou. No seminário **Mulheres no mercado de trabalho**, a Folha apresenta uma discussão sobre as profissionais que hoje estão inseridas no mercado, mas têm de lidar com a sobrecarga das tarefas domésticas. O evento abordará também as políticas de incentivo que permitem manter as mulheres no mercado, visto que as escolas e creches fechadas, por exemplo, são um dos grandes problemas que afetam as profissionais que também são mães.

Seminários Folha. O Brasil precisa ser discutido.

4 DE MARÇO

15h às 17h

EVENTO GRATUITO

Assista ao vivo em [folha.com/mulheresnomercado](https://www.folha.com/mulheresnomercado) e participe enviando perguntas para o **WhatsApp 11 99648-3478**

DEBATES

15h às 16h

Adriane Reis de Araujo procuradora regional do trabalho

Anne Wilians advogada e fundadora do Instituto Nelson Wilians

Cida Bento diretora-executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades e colunista da Folha

Solange Gonçalves professora da Unifesp e coordenadora do Grupo de Estudos em Economia da Família e de Gênero

16h às 17h

Alessandra Karine vice-presidente para o Setor Público, Educação e Saúde e líder de Diversidade e Inclusão da Microsoft Brasil

Cecília Machado professora da Escola Brasileira de Economia e Finanças da FGV e colunista da Folha

Isabelle Christina analista de negócios em Diversidade e Inclusão na Oracle e jovem transformadora da Ashoka

Rafa Brites influenciadora de jornadas e autora de "Sindrome da Impostora"

Apoio:

Realização: **FOLHA100**

Auditoria da Receita em créditos de PIS/Cofins pode travar compensações

Órgão reage ao impacto dos valores obtidos em ações judiciais na arrecadação federal

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

03/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



O impacto na arrecadação pelo uso de créditos de PIS e Cofins, resultantes da exclusão do ICMS, fez a Receita Federal reagir: montou uma equipe exclusiva para verificar os valores que as empresas dizem ter direito. Essa estratégia, afirmam advogados, poderá dificultar - ou até inviabilizar - as compensações (o uso de crédito para pagar tributo).

Trata-se de uma equipe nacional de auditoria. Esse grupo vai concentrar as fiscalizações dos valores obtidos pelos contribuintes com as ações judiciais. Em 2020, as empresas utilizaram R\$ 63,6 bilhões em créditos fiscais decorrentes de disputas na Justiça - 174% a mais que no ano anterior. O forte crescimento está relacionado à chamada “tese do século”, de acordo com a Receita.

Os balanços referentes a 2020 mostram que a arrecadação federal poderá ser novamente afetada pelas compensações. A Ambev informa, por exemplo, que os resultados do quarto trimestre “foram impactados positivamente por R\$ 4,3 bilhões de créditos tributários” decorrentes de decisão judicial sobre o tema.

O GPA (Pão de Açúcar), nas suas demonstrações financeiras, também relata ter vencido a disputa, “resultando o registro de crédito tributário no montante de R\$ 1,6 bilhão”. Acrescenta que a compensação desse crédito está sujeita a determinados processos administrativos e estima realizá-lo em cinco anos.

A exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins está amparada em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) do ano de 2017. Esse julgamento ainda não está completamente encerrado. O desfecho depende da análise de um recurso (embargos de declaração) que foi apresentado pela Fazenda Nacional.

Nos tribunais regionais federais, no entanto, os processos estão tramitando e é por esse motivo que as empresas vêm obtendo as decisões finais (trânsito em julgado) dos seus casos - que servem como passaporte para as compensações.

A equipe de auditoria que foi criada pela Receita vai, portanto, se debruçar sobre esses valores. Os profissionais ficarão vinculados à Coordenação-Geral de Arrecadação e de Direito Creditório (Codar). Eles serão responsáveis pela análise do direito aos créditos e das declarações de compensação dos contribuintes.

Caberá a essa equipe emitir os despachos decisórios e fazer o lançamento de tributos e multas caso entendam que há erro na declaração do contribuinte. A atuação desse grupo ocorrerá pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogável se o órgão entender necessário.

A força-tarefa da Receita está sendo vista no mercado como um esforço da equipe econômica para tentar reduzir as perdas na arrecadação. Por isso, na visão dos advogados, deve gerar um número grande de autuações e, conseqüentemente, mais brigas administrativas e judiciais.

“Essa portaria causa preocupação e, de certa forma, mexe com o psicológico, interfere na conduta dos contribuintes de querer ou não continuar compensando. E isso é muito ruim, especialmente neste momento de crise”, diz o advogado Fábio Calcini, sócio do Brasil, Salomão e Matthes.

Os advogados acreditam que a auditoria da Receita vai se concentrar na questão do ICMS que foi retirado do cálculo do PIS e da Cofins: se o que consta na nota fiscal ou o efetivamente recolhido pelo contribuinte aos Estados. O órgão entende que deve ser o imposto recolhido, que geralmente tem valor menor - esse posicionamento consta na Solução de Consulta nº 13, de 2018.

Há discussões em relação a isso e os contribuintes vêm obtendo decisões favoráveis nos tribunais. Em algumas das decisões já transitadas em julgado consta expressamente que o ICMS a ser excluído é o da nota fiscal. Nesses casos, dizem advogados, a Receita Federal, mesmo entendendo de forma diferente, não poderia desconsiderar o crédito por meio dessas fiscalizações.

Só que essas ações são minoria, as mais recentes, afirmam Luca Salvoni e Rafael Vega, do escritório Cascione. “Na maior parte das ações, a exclusão do ICMS consta de forma genérica. Essa discussão sobre qual o imposto deve ser excluído surgiu

depois do julgamento do STF. As ações que foram ajuizadas antes, portanto, não tratam disso”, diz Vega.

A Receita Federal também poderá ir além dessa discussão, afirmam os advogados. Um dos temores é de que sejam exigidos os comprovantes de pagamento do imposto estadual de um período mais remoto.

Rafael Nichele, sócio do escritório Nichele Advogados Associados, cita o caso de uma empresa, por exemplo, que entrou com ação em 2008. Ela tem por direito receber os valores que pagou a mais nos cinco anos anteriores. Se a decisão que a favorece transitou em julgado em 2018, portanto, ela poderá incluir no cálculo - para a soma dos créditos aos quais têm direito - os valores que foram pagos a mais desde 2003.

“Estamos falando de quase 20 anos. A empresa faz o cálculo com base nos seus registros contábeis. Mas a maioria só guarda os comprovantes de recolhimento do ICMS dos últimos cinco anos. Se a fiscalização exigir os comprovantes de quase duas décadas, se não bastar o que consta nos registros contábeis, pode complicar”, pondera.

O tributarista Caio Malpighi, do escritório Ayres Ribeiro Advogados, cita uma outra situação que também poderá ser levantada pela Receita Federal: a compensação cruzada. Afeta as empresas que usaram os créditos da exclusão do ICMS para pagar débitos previdenciários.

Só em 2018, com a unificação do sistema, é que passou a ser permitido aos contribuintes compensar crédito tributário com débito previdenciário e vice-versa. Antes não era possível. Há discussão - inclusive no Judiciário - se as empresas que obtiveram decisões depois de 2018, mas referentes a fatos ocorridos anteriormente, podem fazer a compensação cruzada. “A Receita entende que não. Para ela, vale a data do fato gerador”, diz Caio Malpighi.

A força-tarefa da Receita pode, ainda, interferir em um momento anterior à compensação, alerta Carlos Vidigal, do escritório Vinhas e Resenschi. Consta no artigo 4º da Portaria nº 10, publicada na noite de segunda-feira para criar a equipe

de auditoria, que caberá a esses profissionais expedir Termo de Distribuição do Procedimento Fiscal (TDPF).

Esse procedimento serve para confirmar “a certeza e a liquidez” do crédito. Só que quando utilizado trava as compensações. A empresa pode ter o crédito habilitado, mas não poderá utilizá-lo para pagar tributos. Esse “congelamento” ocorre durante todo o período de fiscalização, inicialmente previsto para 120 dias, mas sem limites para prorrogação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

É só participar da promoção e concorrer a prêmios exclusivos.

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 613.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS

R\$ 1.109,49

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

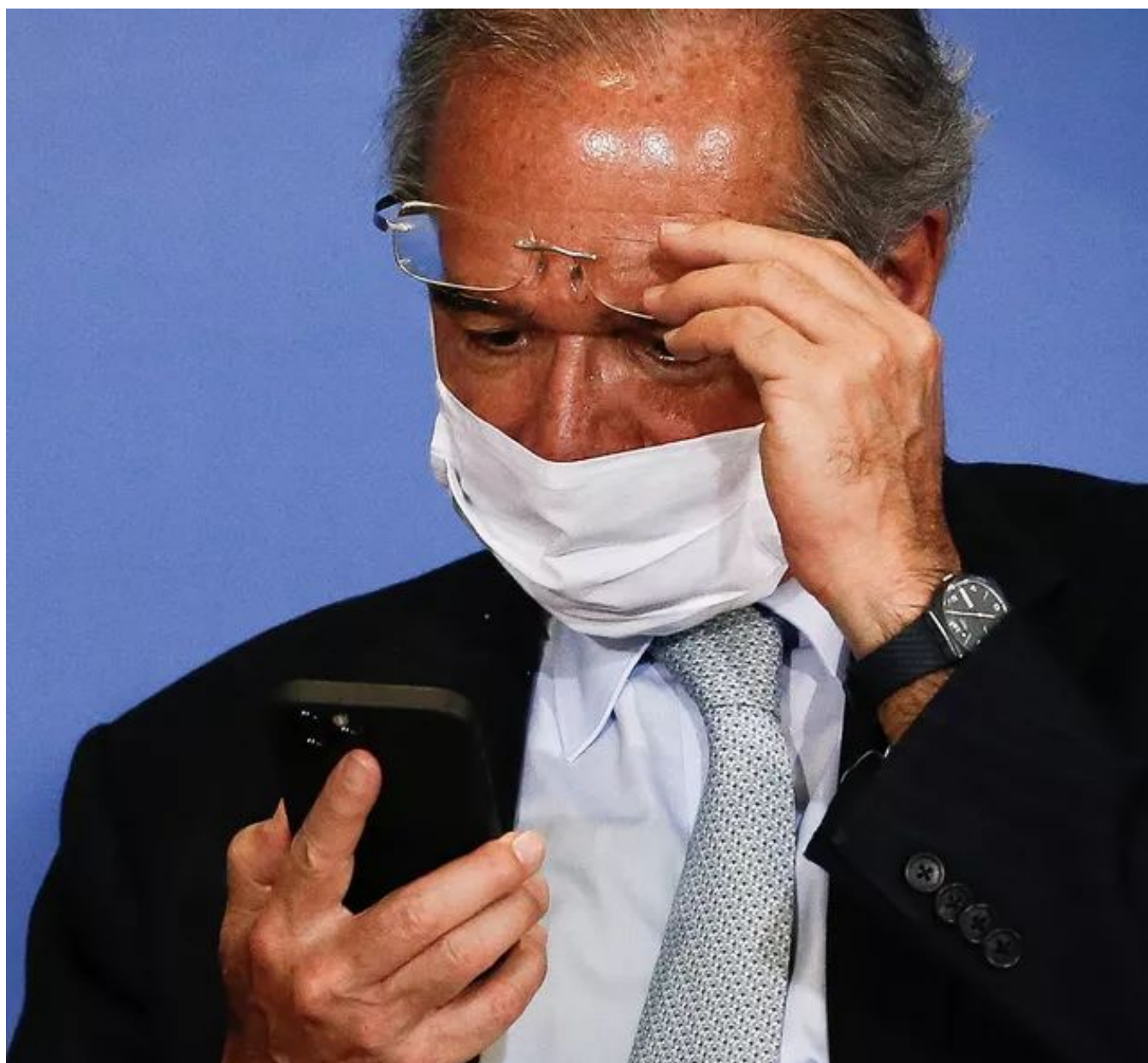
Conteúdo Publicitário

Guedes quer usar parte de lucro da Petrobras em fundo para mais pobres

Ministro volta a defender desvinculação de verba de saúde e educação na PEC Emergencial

Por **Estevão Taiar e Mariana Ribeiro** — De São Paulo e Brasília

03/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Paulo Guedes, ministro da Economia: “Vamos acelerar e aprofundar as reformas, senão a economia capota” — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

Após a interferência direta do presidente Jair Bolsonaro no comando da Petrobras, o ministro da Economia, Paulo Guedes, revelou que o governo pretende criar um programa de transferência de renda para distribuir dividendos da gigante estatal aos mais pobres. Ele, porém, não deu maiores detalhes sobre o possível benefício.

“Vamos pegar os dividendos da Petrobras e entregar uma parte para o povo brasileiro. A parte que nós temos, vamos entregar então. Temos uma ideia de fazer algo parecido um pouco à frente”, disse ontem em entrevista gravada ao podcast Primocast.

A ideia, explicou, é “criar um ‘fundo Brasil’, botar os ativos lá e falar: se [o petróleo] é nosso, dá para a gente, principalmente para os mais fracos, os mais frágeis”.

“Vamos fazer um programa de transferência de riqueza, na veia. Pega os 20%, 30% mais pobres da população e fala: o petróleo é nosso? É. Então toma aqui sua parte. Pega os mais pobres e vamos dar um pedaço para eles”, afirmou. “Que aí a empresa ou paga dividendo para eles ou vende e dá o dinheiro para eles. O que não pode é ficar dando prejuízo para eles.”

Apesar da petroleira ter perdido 25% de seu valor de mercado após Bolsonaro ter indicado o general Silva e Luna para substituir Roberto Castello Branco, a empresa teve lucro líquido de R\$ 59,9 bilhões no último trimestre de 2020 e, com isso, pagaria dividendos de R\$ 10,3 bilhões aos acionistas.

Mais tarde, em entrevista à Jovem Pan, o ministro voltou a falar sobre a petroleira e disse que a decisão do presidente de trocar o comando da estatal é “totalmente compreensível” do ponto de vista político. Ele afirmou que “todo mundo sabe” o que

ele pensa sobre as estatais, mas que respeita as decisões do presidente, que é quem tem a palavra final. Guedes lembrou ainda que os caminhoneiros são parte importante da base de Bolsonaro.

O ministro também respondeu sobre os desgastes à frente do cargo, afirmando que é "demíssível em 30 segundos" e citando dois motivos que o fariam abandonar o Ministério da Economia: a "perda da confiança" de Bolsonaro e "ir para o caminho errado". "Se eu tiver que empurrar o Brasil para o caminho errado, prefiro não empurrar, prefiro sair", afirmou.

Isso, de acordo com o ministro, não aconteceu até agora. Ele relatou que tem recebido apoio tanto do presidente quanto do Congresso "para ir na direção certa". "De vez em quando tem uma pedra no caminho, mas o saldo é vastamente positivo até agora", afirmou. "Se alguém me mostrar que estou fazendo algo muito errado e atrapalhando, eu vou embora."

Já as ofensas dos críticos não são suficientes para abandonar o cargo, segundo ele. "O medo, o combate, o vento, a chuva, isso não me tira daqui", disse. "Se tiver conseguindo ajudar o Brasil, fazendo as coisas que acredito, devo continuar." Guedes se disse com a "consciência muito tranquila", mas reconheceu que enfrenta "muitas pressões ao mesmo tempo" e que vem aprendendo com o cargo.

No podcast, Guedes também aproveitou para reforçar o apoio à PEC Emergencial, como parte de contrapartidas fiscais necessárias para que as contas públicas não sofram um baque ainda maior diante de medidas tomadas pelo governo de combate à pandemia, como o auxílio emergencial que voltará a ser pago no país. Nesse sentido, promover nova rodada do auxílio, a R\$ 250 mensais, sem contrapartidas fiscais seria, segundo ele, "caótico para o Brasil".

A ideia do governo federal a respeito do auxílio emergencial, reforçou o ministro, é que a medida seja temporária. "Enquanto durar a doença tem o auxílio", afirmou. "Acabou a doença, acabou o auxílio." Depois, a ideia é introduzir um novo programa social, o Renda Brasil, feito dentro das regras fiscais.

A defesa da PEC Emergencial pelo ministro incluiu até a insistência na desvinculação das verbas com saúde e educação do orçamento, mesmo após o relator da

proposta no Senado, Marcio Bittar (MDB-AC), ter retirado o ponto de seu parecer depois de fortes resistências.

“Tem um pessoal tentando sabotar essa reforma [PEC Emergencial], dizendo que querem tirar o dinheiro da educação e da saúde”, afirmou. “Quando você fala em descarimbar, não quer dizer que vai dar menos [reajuste menor] do que a inflação.”

O ministro elegeu também outras duas prioridades para o curto prazo. “De hoje para daqui a seis meses [é necessário] vacina, vacina, vacina”, afirmou. “Por outro lado, vamos acelerar e aprofundar as reformas, senão a economia capota.”

Por fim, numa crítica ao andamento das privatizações, que, junto com a reforma tributária, estariam “muito atrasadas”, Guedes também afirmou que “daqui a dez, 15 anos nós vamos ter uma apagão” se a Eletrobras não for privatizada. Segundo ele, a empresa perdeu a sua capacidade de investimento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 613.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.109,49

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Já pensou? Você + 4 amigos em uma ilha ba-ba-do?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

Pacheco diz que PEC emergencial respeitará ‘protocolos fiscais’

Presidente do Senado descartou a possibilidade de um fatiamento da proposta

Por Talita Moreira — De São Paulo

03/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou ontem a banqueiros que a versão da PEC emergencial que será levada a votação mantém “protocolos fiscais”.

Em café da manhã promovido pela Febraban, o parlamentar descartou a possibilidade de um fatiamento da proposta - ou seja, votar agora apenas uma nova rodada do auxílio emergencial e deixar para depois as medidas de responsabilidade fiscal. No encontro, que durou mais de duas horas, Pacheco bateu na tecla de que não seriam criadas novas despesas sem contrapartida, conforme relatos de executivos que participaram da reunião.

De acordo com o presidente do Senado, “esforço grande” dos parlamentares e do governo para aprovar a PEC. Para isso, afirmou, foi retirado do texto o ponto mais polêmico - a desvinculação das despesas obrigatórias com saúde e educação -, mas foram preservados “outros institutos” para demonstrar o compromisso com o teto de gastos. A proposta cria excepcionalidades para o desenquadramento, como em estados de emergência e de calamidade.

Com esse arranjo, disse Pacheco a banqueiros, será possível votar o texto e retomar um programa de auxílio emergencial que pagará aos beneficiários cerca de R\$ 250

por quatro meses. “As pessoas precisam ter uma renda mínima”, disse mais tarde em entrevista a um canal da Febraban.

Pacheco foi ao café da manhã acompanhado de seu antecessor e agora presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Davi Alcolumbre (DEM-AP). O novo presidente do Senado disse que o Congresso se manterá independente, mas defendeu a “harmonia” entre os Três Poderes e a “pacificação” do país. Disse ainda não ver riscos à democracia brasileira, apesar do ruído político.

O senador também defendeu a agenda de reformas, mas não se comprometeu com um cronograma tão agressivo quanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Na semana passada, em encontro com os bancos, o deputado estimou a aprovação da reforma administrativa em dois meses e a tributária, em até oito.

Outro ponto defendido pelo presidente do Senado foi a capitalização da Eletrobras. Segundo ele, o Congresso está comprometido com a medida, mas é preciso “mudar a narrativa” para que a população entenda a proposta. Pacheco afirmou, segundo fontes, que é preciso explicar aos brasileiros que a capitalização dará ao Estado uma parcela menor de uma empresa mais valorizada.

Na visão de Pacheco, a vacinação é prioridade neste momento em que diversas regiões do país estão na “iminência de um ‘lockdown’”. O parlamentar evitou críticas à atuação do governo Bolsonaro na imunização, mas lembrou que partiu do Senado o projeto que autoriza a compra de vacinas por Estados, municípios e empresas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Já pensou? Você + 4 amigos em uma ilha ba-ba-do?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS

R\$ 1.109,49

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Proposta de Guedes cria nova despesa que precisa entrar no teto de gastos

Fundo com dividendos da Petrobras resultará na abertura de “rombo” no Orçamento

Por **Ribamar Oliveira** — Brasília

03/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A receita do governo com os dividendos pagos pela Petrobras já é utilizada para arcar com despesas orçamentárias. Portanto, a proposta que o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse estar estudando, de criar um fundo com parte dos dividendos da estatal para dar aos brasileiros mais pobres, resultará na abertura de um “rombo” no Orçamento que terá que ser coberto por outra receita.

Na verdade, Guedes está anunciando a intenção do governo de criar uma nova despesa que terá que ser incluída no teto de gastos. Para isso, ele terá que cortar outra despesa, do contrário o teto não será respeitado.

No ano passado, a receita da União com dividendos das estatais federais atingiu R\$ 6,677 bilhões, sendo que, desse total, R\$ 1,649 bilhão veio da Petrobras. Mas a contribuição da Petrobras para as contas públicas não fica nos dividendos.

As empresas que produzem petróleo no Brasil pagaram royalties para a União, Estados e municípios no montante de R\$ 45,8 bilhões no ano passado, de acordo com a Receita Federal. A maior parte desse total foi paga pela Petrobras. Além disso, há ainda o pagamento de participações especiais e de tributos.

O ministro não detalhou a proposta que está sendo estudada. Os recursos do fundo seriam usados para custear a redução do preço do óleo diesel e do gás de cozinha?

Ou para pagar um benefício aos trabalhadores informais, não contemplados pelo Bolsa Família?

A proposta é contraditória com a decisão do governo de reduzir os fundos atualmente existentes e de desvincular receitas a eles, como está expresso na PEC 186.

É importante lembrar ainda que o Brasil já dispõe de um grande programa de transferência de renda, que é o Bolsa Família, que pode ser ampliado. O país implantou também um sistema de aposentadoria para os trabalhadores do campo, que garante uma renda mensal para milhões de pessoas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 613.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.109,49

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Já pensou? Você + 4 amigos em uma ilha ba-ba-do?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

Senado articula exclusão do Bolsa Família de gatilhos

Gatilhos da proposta não atingirão programas de renda

Por Vandson Lima, Renan Truffi e Ribamar Oliveira — De Brasília

03/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



O Senado vai incluir na PEC Emergencial um dispositivo que deixa de fora da contenção de gastos imposta pelos gatilhos os benefícios utilizados no combate à pobreza. Na prática, a medida permitirá um aumento do Bolsa Família ou a criação de um novo mecanismo de distribuição de renda, mesmo diante de um cenário de emergência fiscal.

A decisão foi tomada na reunião de líderes realizada na tarde de ontem. A emenda será apresentada em plenário e aprovada por unanimidade. A princípio, houve uma confusão conceitual, propagada pelos próprios senadores, de que se estaria deixando o Bolsa Família de fora da regra que limita o crescimento de despesas à inflação do ano anterior - a lei do teto de gastos.

Segundo técnicos ligados ao senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que foi o autor da proposta e está com covid-19, isso não procede. A ideia é que os gatilhos não afetem o Bolsa Família e programas de atendimento à população mais vulnerável. A confusão chegou a colocar em alerta a equipe econômica do governo.

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, disse ao **Valor** que o Ministério da Economia é contra flexibilizar o teto de gastos, “pois isso vai na contramão de tudo o que o governo vem defendendo”. Funchal recebeu um telefonema de Vieira, explicando que sua proposta não é retirar a despesa com o Bolsa Família do teto de gastos, mas excluir o programa da relação das despesas que não poderão aumentar acima da inflação quando os gatilhos com as medidas de ajuste fiscal forem acionados.

“Essa proposta do senador precisa ser discutida”, disse Funchal, ressaltando que ainda não há uma opinião fechada sobre ela no Ministério da Economia. “O senador Vieira deixou claro que a despesa com o Bolsa Família será mantida no teto”, observou o secretário. Assim, se a despesa com o Bolsa Família subir acima da inflação, o aumento adicional terá que ser compensado com o corte de outra despesa para que o teto seja respeitado.

Segundo Vieira, há uma controvérsia em relação à despesa do Bolsa Família ser ou não despesa obrigatória. Se ela não for considerada obrigatória, estaria livre das vedações. “Mas se for considerada obrigatória, seria afetada pela PEC emergencial, prejudicando o combate à miséria de forma decisiva em nosso país”, explicou em mensagem ao relator, Márcio Bittar (MDB-AC) e ao líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

O Bolsa Família difere dos benefícios da Previdência, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e até do Benefício de Prestação Continuada (BPC) porque o governo não é obrigado a pagar os benefícios a todos que têm direito. Neste sentido, o programa não seria obrigatório, já que sua própria Lei prevê que o Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.

A sugestão recebeu boa acolhida, inclusive da representação do governo no Senado. “A emenda é extremamente importante para milhões de famílias mais pobres do país, uma vez que durante e após a crise aumentará a quantidade de pessoas que necessitarão da proteção social proporcionada por um programa de transferência de renda”. O Orçamento para este ano ainda não foi votado e prevê R\$ 34,9 bilhões para o programa Bolsa Família. O relator tanto da PEC emergencial quanto do Orçamento é o mesmo, o senador Márcio Bittar.

Pelo acordo entre Senado e o governo, após a aprovação da PEC emergencial, o governo encaminhará uma medida provisória (MP) prevendo a retomada do pagamento do auxílio emergencial. Funchal afirmou que, na situação atual da pandemia, há necessidade do auxílio emergencial, mas disse que ele precisa ser concedido de forma sustentável. “Conceder o auxílio sem as medidas compensatórias vai gerar incerteza e não dará previsibilidade para as trajetórias da dívida pública e da despesa”, ponderou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.109,49

MAPARRA7

COMPRAR



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

“O Brasil é administrado por um software”

Vinculação de receitas foi instituída na hiperinflação

03/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Durou poucos dias, menos de uma semana, a chance de o Congresso Nacional analisar a possibilidade de desvincular receitas orçamentárias. O relator da PEC Emergencial no Senado, Marcio Bittar, tirou a proposta da emenda, antes mesmo de levá-la à votação. Quem perde são justamente aqueles que os maiores defensores das vinculações dizem representar: os mais pobres, os que, na "corrida" de oportunidades da democracia, largam atrás dos ricos, dos corporativistas, dos donos do Estado, enfim, dos donos do poder.

As vinculações orçamentárias existem há muito no tempo não só na Ilha de Vera Cruz, mas em muitos outros países. No caso brasileiro, o atual sistema de vinculação foi instituído pela Constituição de 1988. Esta, lembremo-nos, foi debatida e formulada na saída de uma longa ditadura, quando, naturalmente, a sede de justiça social neste território marcado secularmente pela iniquidade social estava reprimida.

Vinculação de receitas foi instituída na hiperinflação

A Assembleia Nacional Constituinte reuniu as mais díspares forças políticas para escrever a Carta Magna da democracia que teríamos dali em diante. Nasceu, então, a Constituição "cidadã", como a batizou a principal liderança política da Nova

República, o deputado Ulysses Guimarães, então presidente da Câmara, morto num acidente de helicóptero em 1992.

Se por um lado, aproximou-nos de um projeto de civilização ao consagrar como cláusulas pétreas direitos e garantias fundamentais a igualdade entre nós, independentemente da etnia, da origem, do sexo, da idade etc, bem como ao acabar com a censura e ao dar a todos acesso universal gratuito à educação e à saúde, a Constituição de 1988 acolheu interesses de grupos específicos, acostumados historicamente a receber mais do Estado do que a maioria.

A Constituição de 1988 foi elaborada em meio a um contexto macroeconômico aterrador: o descontrole inflacionário, a hiperinflação, as sucessivas derrotas do país no enfrentamento do mal que vinha desorganizando o sistema produtivo nacional, concentrando renda e sabotando o futuro.

É evidente que, num ambiente como aquele, criou-se terreno fácil para a adoção de dispositivos de caráter populista, como a fixação de um limite para a taxa de juros (12% ao ano), a vinculação de receitas para obrigar os governantes a aplicarem recursos em educação e saúde, a indexação do piso da Previdência Social à variação do salário mínimo e a concessão de benefícios impagáveis ao funcionalismo, como a aposentadoria integral, estabilidade no emprego para todas as categorias e a paridade de reajuste salarial entre servidores públicos da ativa e aposentados.

O texto constitucional determina que a União aplique, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, incluída aquela proveniente de transferências, "na manutenção e desenvolvimento do ensino". Segundo os dados oficiais, a União tem se mantido com folga acima do patamar indicado, e o texto de gastos, instituído por emenda constitucional em 2017, não alterou isso.

A vinculação, talvez, tenha tido seu mérito nos primeiros pós-1988 porque, de fato, era preciso ter mais recursos para cumprir uma das metas fixadas pela nova Constituição: universalizar o acesso das crianças ao ensino fundamental (o antigo 1º grau). No fim da década de 1980, o índice de matrícula nessa faixa estava em 80%, um vexame em qualquer lugar, mas, especialmente, num país que figurava entre as

dez maiores economias do planeta. No fim da década de 1990, a taxa subiu para 97%, certamente, uma conquista comemorada por todos.

Nota do redator: em 1953, ano da campanha popular "O Petróleo é Nosso", que resultou no ano seguinte na fundação da estatal Petrobras, detentora de monopólio na exploração de petróleo nos 44 anos seguintes, apenas 25% das crianças estavam na escola. Isso mostra como, na Ilha de Vera Cruz, os mais pobres nunca são consultados sobre quais devem ser as prioridades do país.

O que vemos hoje, porém, é o desgaste do modelo de vinculações orçamentárias. A despesa da União com previdência está hoje em torno de 60% das receitas orçamentárias. Atribua-se a maior parte dessa conta às benesses concedidas ao funcionalismo e o atrelamento do piso do INSS ao salário mínimo, ambos previstos na Constituição de 1988. Some-se a isso as vinculações com saúde e educação, o gasto com pessoal, outras vinculações menores e o sem-número de incentivos fiscais e subsídios concedidos a grupos de interesse específico, o que se tem é um orçamento engessado, onde apenas 5% das receitas são discricionariamente gastas a partir de decisões tomadas pelo presidente eleito pela maioria dos eleitores. A rigidez se repete, evidentemente, nos orçamentos de Estados e municípios.

"O Brasil é administrado por um software", disse, antes de deixar o cargo de secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, numa feliz referência à rigidez orçamentária que nos governa.

A primeira reação ao debate da desvinculação de receitas é: "Os governantes não investirão mais nada em educação e saúde". Ora, isso é uma enorme bobagem, afinal, a despesa deixará de existir? É claro que não! Hoje, a vinculação é um incentivo perverso ao gasto ineficiente, ao desperdício e à corrupção.

No interior do Ceará, modelo de avanço nos índices de atendimento e qualidade na educação fundamental, os municípios com melhor desempenho no Ideb são os que têm desembolsado recursos abaixo da vinculação. Como explicar isso?

Dias e Ferraz (2020) demonstram que pode haver ganhos, ainda que modestos, no número de votos para prefeitos candidatos à reeleição em municípios em que o

Ideb foi divulgado e em que houve algum aumento nos índices de qualidade em educação. Da mesma forma, para municípios com escolas com pior desempenho, a divulgação da informação levou a uma redução na proporção de votos recebida pelo prefeito incumbente.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Mobly, o melhor preço

R\$ 613.99

MOBLY

Comprar

LINK PATROCINADO

Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS

R\$ 1.109,49

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Já pensou? Você + 4 amigos em uma ilha ba-ba-do?

ILHADOS COM BEATS

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia...

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Conselho da Petrobras questiona Bolsonaro sobre declaração de que 'tem muita coisa errada' na estatal